

USINA CAETÉ S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2025

USINA CAETÉ S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2025

Conteúdo

Comentário de desempenho

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do Valor Adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da Usina Caeté S/A, de acordo com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. S.Sa. o Relatório da Administração, juntamente com as Demonstrações Financeiras e os pareceres dos Auditores Independentes, compreendendo o período de 30 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2025, as quais são apresentadas com dados consolidados e alcançam as práticas contábeis adotadas no Brasil através dos pronunciamentos dos CPCs, como também aos padrões estabelecidos no IFRS – International Reporting Standards, nas normas internacionais de contabilidade.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A safra 2025/2026 iniciou com boas expectativas de produção fruto de um manejo adequado da matéria prima. Há uma redução de volume processado comparando o mesmo período anterior, fruto das condições climáticas de início de safra em ambas as regiões, com predominância de chuvas. A conclusão da fábrica de açúcar na unidade Paulicéia/SP foi o maior desafio e graças a competente equipe, já colhe seus resultados desde abril 2025, modificando consideravelmente o mix de produção do grupo. Este ciclo de moagem será bastante desafiador, sobretudo pelos posicionamentos de preços no mercado internacional de açúcar. Ainda há o desafio de melhorarmos a produtividade agrícola nas unidades do nordeste, através de nosso plano de ampliação de áreas irrigadas com aspersão, pivô e gotejamento que hoje já abrange aproximadamente 70% da área de colheita em Alagoas.

USINA CAETÉ S/A



CNPJ Nº 12.282.034/0001-03

No cenário comercial o etanol vem apesentando preços bastante resilientes sem variações relevantes, ancorados pela competitividade frente à gasolina. Por outro lado, o direcionamento do açúcar no mercado interno como meta de agregação de valor, tem se mostrado acertado. Os desafios incluem desde o planejamento logístico, processo de empacotamento e se estendem até a melhoria dos resultados operacionais com a participação contínua dos nossos colaboradores, fornecedores, parceiros e acionistas, em sintonia de uma única nota: A da melhoria contínua. Para isso vem empreendendo esforços para a conclusão das certificações FSSC22000 e Bonsucro em suas unidades, com foco em mercados cada vez mais exigentes.

2025/2026				Consolidado
Mix de Produção	NE	SE		
Açúcar	64%	51%		58%
Etanol de mel	24%	0%		14%
Etanol de cana	12%	49%		28%
	100%	100%		100%

2024/2025				Consolidado
Mix de Produção	NE	SE		
Açúcar	67%	0%		42%
Etanol de mel	21%	0%		13%
Etanol de cana	12%	100%		45%
	100%	100%		100%

Por fim, reiteramos nosso compromisso em edificar nosso crescimento em princípios que mantém unidas a tríade natureza-pessoas-empresa, na construção de um mundo melhor.

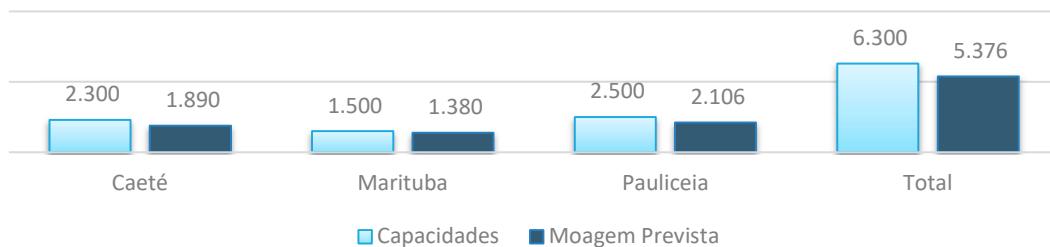
A busca em adicionar valor ao acionista através de uma gestão responsável, escorados pela estrutura de capital humano, é nosso legado junto a clientes, parceiros, executivos e demais que compõem a Usina Caeté.

Nossos sinceros agradecimentos a todos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Usina Caeté S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado. Possui atualmente três unidades industriais em operação: Caeté em São Miguel dos Campos - AL, Marituba em Igreja Nova - AL, e Paulicéia em Pauliceia - SP. Atualmente, a Companhia tem capacidade instalada de processamento de 6,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

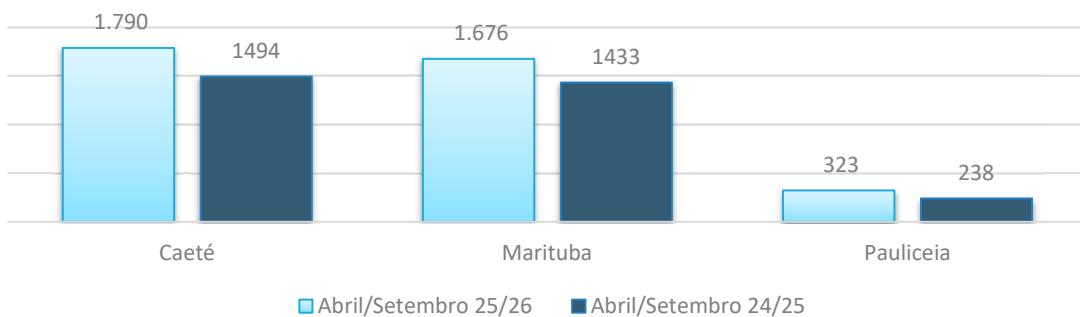
Capacidades x Moagem



1 – Pluviometria

Como estão em regiões distintas, as unidades do Nordeste apresentaram dados pluviométricos distintos da unidade de Paulicéia em SP.

Pluviometria - em milímetros



Os inícios de moagem em SP (abril) e em Alagoas (setembro) foram mais chuvosos que o mesmo período da safra passada.

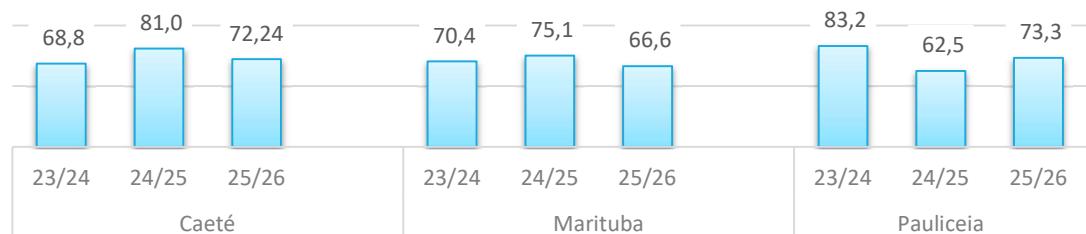
USINA CAETÉ S/A



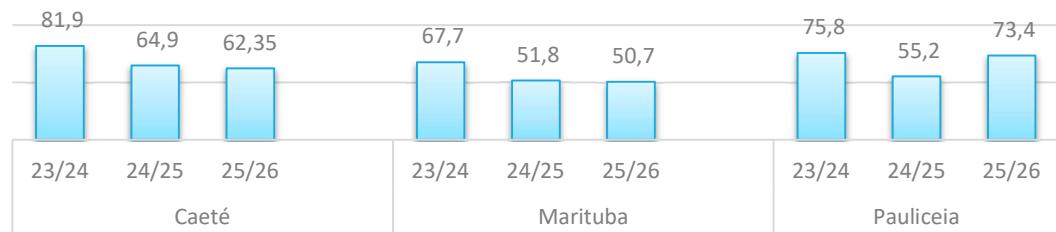
CNPJ Nº 12.282.034/0001-03

A produtividade média do acumulado até setembro/25 comparativamente com os mesmos períodos das últimas duas safras, tiveram o seguinte comportamento:

TCH Cana Própria

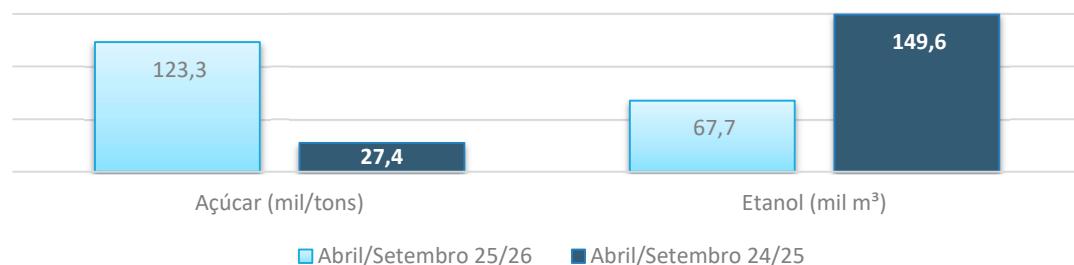


TCH Cana Fornecedor



No período, a produção de Etanol foi de 67,7 mil m³, 55% abaixo do volume produzido na safra anterior. Por outro lado, o açúcar cresceu 355%. A produção de açúcar, assim como a de etanol, tem sido afetada pelo início da produção de açúcar na unidade Pauliceia. A Companhia é autossuficiente na cogeração de energia em suas três unidades industriais.

Produção



USINA CAETÉ S/A



CNPJ Nº 12.282.034/0001-03

Em 2025 a companhia produziu e comercializou CBIOS, agregando valor ao preço médio do etanol. A comercialização desses certificados ocorre após a escrituração, principalmente com distribuidoras de combustíveis. Apesar da retração dos preços, este continua sendo um importante vetor de ajuste positivo de direcionamento do consumo para um produto limpo sob a ótica de descarbonização dos combustíveis.

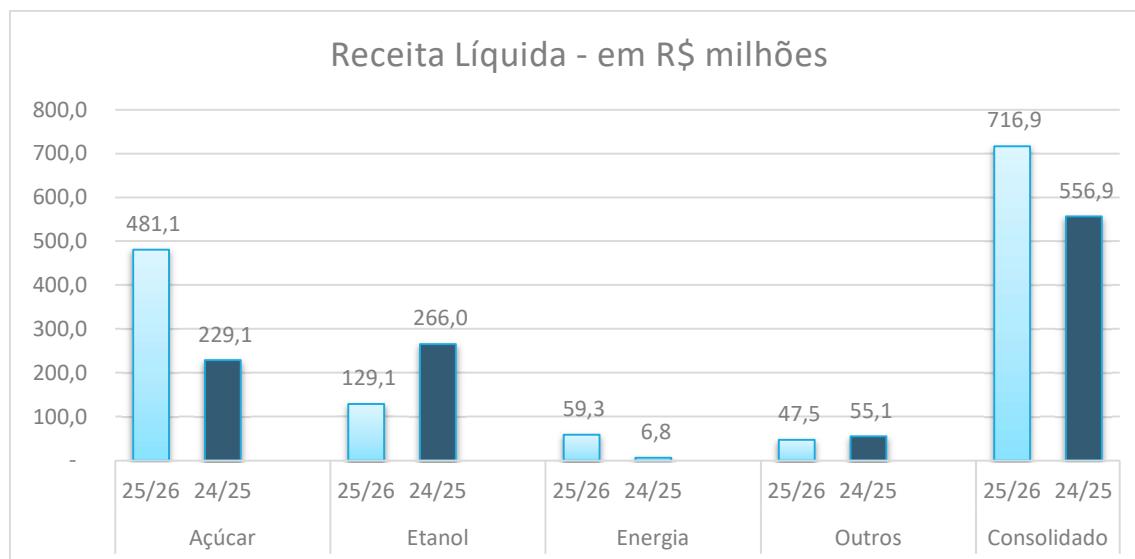
AbriL/24 a Setembro 24

Unidade	Estoque Inicial	Geração	Vendas	PM	Receita Bruta	Premio Etanol
Caete	5.496	8.960	14.156	91,0	1.287.451	156,5
Marituba	1.043	15.875	16.418	80,1	1.314.609	75,6
Pauliceia	9.516	93.016	102.532	80,4	8.240.577	88,3
TOTAL	16.055	117.851	133.106	81,5	10.842.637	91,1

AbriL/25 a Setembro 25

Unidade	Estoque Inicial	Geração	Vendas	PM	Receita Bruta	Premio Etanol
Caete	-	4.674	4.674	57,9	270.459	63,1
Marituba	-	4.987	4.987	59,6	297.166	52,7
Pauliceia	37.110	39.689	45.857	61,3	2.810.031	73,1
TOTAL	37.110	49.350	55.518	60,8	3.377.656	69,8

2 - Desempenhos Econômico e Financeiro

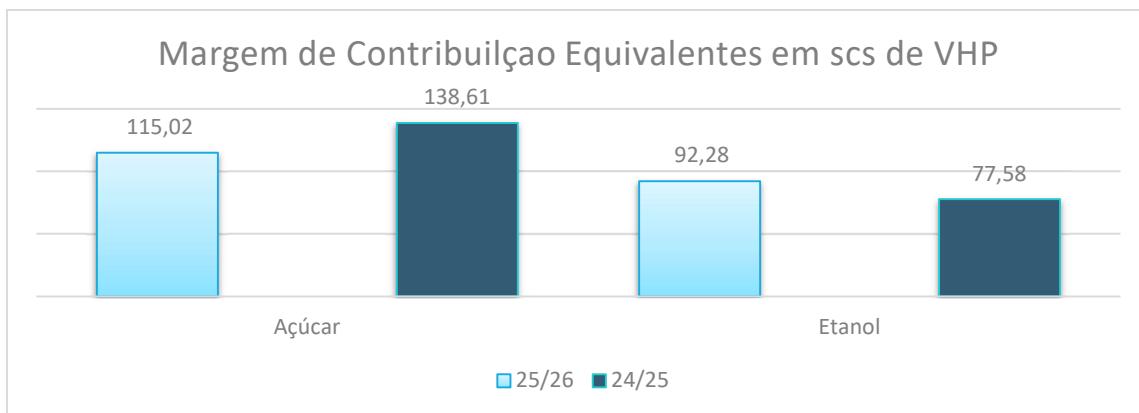


USINA CAETÉ S/A



CNPJ Nº 12.282.034/0001-03

O açúcar contribuiu em 70% do faturamento da empresa na safra 25/26 até a data, fruto basicamente da entrada das vendas da unidade Paulicéia/SP, o que impacta diretamente na redução na oferta de etanol. Houve uma variação não natural nas receitas de energia, fruto de uma operação financeira de compra e venda desse produto.



Volumes e Preços Comercializados

Açúcar		Etanol		Energia		CBIOS	
25/26	24/25	25/26	24/25	25/26	24/25	25/26	24/25
mil tons		mil mts ³		mwh		mil/un	
207,3	82,3	53,5	116,2	63,8	20,9	55,5	133,1
R\$ 2.595,6	R\$ 3.165,4	R\$ 3.250,0	R\$ 2.850,0	R\$ 193,6	R\$ 126,0	R\$ 60,8	R\$ 81,5

ESTOQUES

Os estoques de produtos acabados, fecharam com as seguintes movimentações:



USINA CAETÉ S/A



CNPJ Nº 12.282.034/0001-03

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Os custos médios dos produtos tanto açúcar como etanol ainda sofrem por um início de moagem em Pauliceia com baixa eficiência, a qual passa a ser reestabelecida ao longo dos meses subsequentes.

	AÇÚCAR - R\$/SCS		ETANOL - R\$/M3	
	ABR - SET/25	ABR - SET/24	ABR - SET/25	ABR - SET/24
INDUSTRIAL	17,04	35,90	347,85	272,68
AGRÍCOLA	48,90	55,72	778,47	1.310,67
MATÉRIA PRIMA	30,67	44,66	542,13	844,24
CUSTO DO MEL	-	-	1.359,99	68,20
	96,61	136,28	3.028,44	2.495,79

Com o início da produção de açúcar em Pauliceia e também o início da safra no NE com atraso, temos um reflexo de menor custo no açúcar em relação à safra anterior na mesma data e um custo maior de etanol, que será normalizado com o incremento da produção em Alagoas.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Controladora		Consolidado	
	De 01/04 a 30/09/2025	De 01/04 a 30/09/2024	De 01/04 a 30/09/2025	De 01/04 a 30/09/2024
Receita operacional líquida	716.938,4	556.869,4	719.104,4	560.129,7
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-587.283,6	-482.002,6	-595.071,0	-496.087,1
Variação do valor justo do ativo biológico	0,0	46.870,2	0,0	46.870,2
Lucro bruto	129.655,8	121.738,0	124.033,4	110.912,8
Despesas com vendas	-40.406,1	-26.828,9	-40.681,9	-26.958,2
Despesas administrativas e gerais	-50.190,3	-49.085,1	-50.716,4	-49.426,2
Resultado de equivalência patrimonial	-9.683,5	-20.525,9	5,6	-643,7
Outras despesas operacionais líquidas	5.718,9	11.779,7	11.215,3	11.309,1
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, variação cambial líquida, equivalência patrimonial e impostos	35.093,8	37.076,8	43.856,0	45.192,9
Receitas financeiras	479.409,9	52.370,2	482.174,7	52.416,8
Despesas financeiras	-595.296,0	-77.576,9	-606.274,6	-87.630,7
Variação cambial Líquida	43.258,3	-40.081,8	43.257,8	-40.081,8
Receitas (despesas) financeiras e variação cambial líquidas	-72.627,8	-65.289,4	-80.842,1	-75.295,7
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-37.534,0	-28.211,7	-36.986,1	-30.102,8
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	23.820,7	5.268,4	23.820,7	5.268,4
Resultado do exercício / período	-13.713,3	-22.944,2	-13.165,4	-24.835,4

USINA CAETÉ S/A



CNPJ Nº 12.282.034/0001-03

Controladora	25/26	24/25	%
Receita Líquida de Vendas	716,9	556,9	29%
(-) CPV	- 587,3	- 435,1	35%
Lucro Bruto	129,7	121,7	6%
Margem Bruta	18,1%	21,9%	-17%
SG & A	- 90,6	- 75,9	19%
Outras rec e desp operacionais	5,7	11,8	-51%
EBIT	44,8	57,6	-22%
D / A	140,1	140,7	0%
Variação Ativo Biológico	- -	46,9	-100%
EBITDA	184,9	151,4	22%
Margem Ebitda	25,8%	27,2%	-5%

O resultado operacional (EBIT) teve uma redução de 22% em relação à safra anterior, ocasionados basicamente pela não apuração de variação do ativo biológico em 2025. A cia preferiu manter as informações presentes no balanço de março/25. O EBITDA, ou a geração operacional de caixa bruta, houve aumento de 22% nos valores absolutos e redução de 5% na variação da margem líquida.

O resultado financeiro teve as seguintes movimentações:

	De 01/04/25 a 30/09/25	De 01/04/24 a 30/09/24
Receitas Financeiras Líquidas	-115.886	-25.207
Receitas Financeiras	479.410	52.370
Descontos Obtidos	134	29
Juros Cobrados Inadimplentes	705	20
Juros s/Aplicações Financeiras	3.751	8.161
Outros Juros Auferidos	315	191
Ganho em Operações Mercado Fut	12.967	2.231
Ganho de Ajuste a Valor Justo	461.537	41.738
Despesas Financeiras	595.296	77.577
Comissões e Taxas Financiam.	2.769	17.384
Descontos Concedidos	2.103	395
Juros s/Emprést. e Financiam.	79.083	53.020
Juros de Mora Fornecedores	280	162
Juros s/Impostos Contribuições	2.519	-612
Outros Juros Pagos	2.113	5
Perda em Operações Mercado Fut	2.883	5.726
Perda de Ajuste a Valor Justo	503.546	1.497
Variações Monetárias Líquidas	43.258	-40.083
Variações Monetárias Ativas	64.146	20.819
Variações Monetárias Passivas	20.887	60.902
RESULTADO FINANCEIRO	-72.628	-65.289

USINA CAETÉ S/A



CNPJ Nº 12.282.034/0001-03

Os juros sobre operações financeiras mantiveram suas taxas médias nominais, nos períodos reportados para o período 25/26 ficaram em 16,28% aa e para o período 24/25 em 13,70% aa. A elevação da taxa média vem acompanhada da elevação da própria SELIC. Adicionalmente a isso, tivemos o advento da contratação da operação da construção da fábrica de açúcar a qual impactou em um acréscimo nas despesas de juros sobre empréstimos. As variações cambiais são basicamente incidentes sobre a operação Light House Fund e não afetam a apuração do Imposto de Renda, pois estão sendo tratadas por regime de caixa e seus vencimentos são em prazo longo.

CAPEX

R\$ milhões	De 01/04/25 a 30/09/25	De 01/04/24 a 30/09/24
CAPEX Recorrente		
Plantio de Renovação	79.592,0	82.488,0
Tratos Culturais	108.586,0	108.765,0
Imobilizado	9.596,6	200,0
	197.774,6	191.453,0
CAPEX DE EXPANSÃO		
Imobilizado em andamento	33.455,4	124.036,3
	33.455,4	124.036,3
TOTAL GERAL	231.230,0	315.489,3

Os gastos com renovação do canavial e tratos com soqueira, somaram R\$ 79,5 milhões de reais, ante R\$ 82,8 do mesmo período anterior. As aquisições em andamento somaram R\$ 33,4 milhões. Dentre a abertura das movimentações destacamos o saldo da construção da fábrica de açúcar e do andamento da construção do armazém com capacidade para 50 mil toneladas na unidade Pauliceia. A companhia vem intensificando a renovação de equipamentos e o direcionamento plantio e tratos em sua matéria prima como plano estratégico de redução de custos e melhoria operacional.

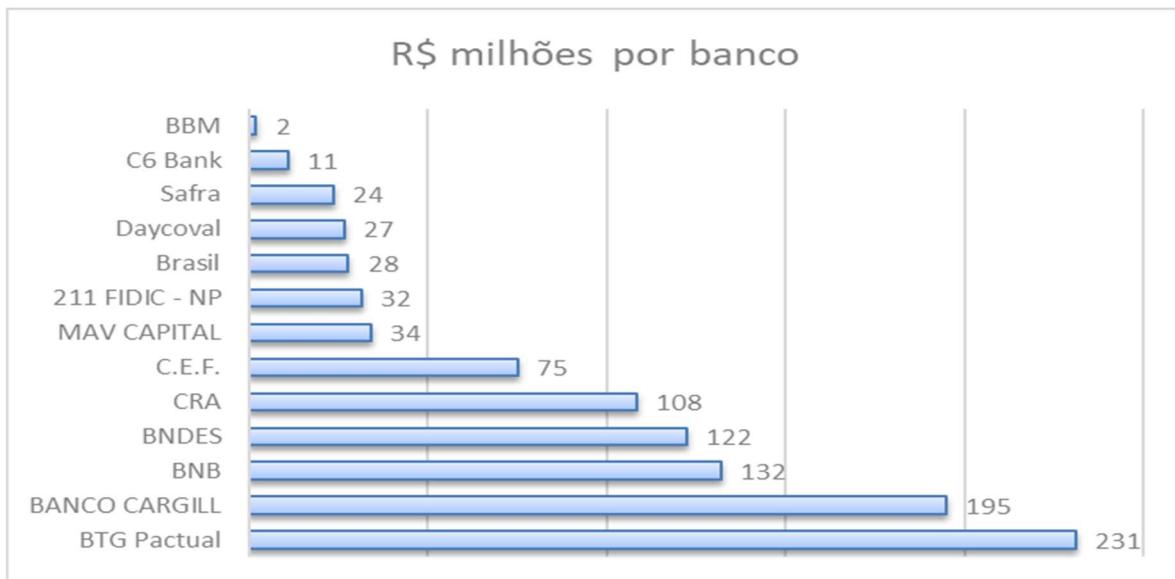
USINA CAETÉ S/A



CNPJ Nº 12.282.034/0001-03

ENDIVIDAMENTO (Setembro 2025)

MOVIMENTAÇÕES DO ENDIVIDAMENTO	circulante	não circulante	total
Saldo Inicial	300.021	593.960	893.981
Captações	143.028	175.850	318.878
Juros	104.562	-28.193	76.368
variações cambiais incorridos	-40.232	0	-40.232
Pagamento de principal	-158.276	0	-158.276
Pagamento de juros	-82.821	0	-82.821
Transferência	112.672	-112.672	0
Ajuste a valor presente	0	31.954	31.954
Saldo Final	378.954	660.898	1.039.852



USINA CAETÉ S/A



CNPJ Nº 12.282.034/0001-03

O movimento do endividamento está dentro das expectativas da companhia, o qual teve forte influência da captação junto ao banco Cargill dos recursos para fazerem frente à construção da fábrica de açúcar em Paulicéia na ordem de R\$ 170 milhões, sendo o excedente assunção de dívidas de outro banco para composição de garantias. Por outro lado, o gerenciamento das dívidas com a alocação de parte para prazos mais alongados, também ficou presente com a emissão de Debentures Incentivadas no mercado de capitais as quais alcançaram prazos de 07 anos para sua liquidação com valor de face em R\$ 180 milhões junto ao banco BTG. As captações junto ao BNDES são da linha de Renovabio, e as com o BNB (banco do Nordeste) linhas para custeio agrícola (tratos culturais), plantio e irrigação.

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Usina Caeté S.A.
Maceió - AL

Introdução

Revisamos os balanços patrimoniais individuais e consolidados da Usina Caeté S.A. ("Companhia"), em 30 de setembro de 2025, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com o CPC 21(R1) e a Norma Internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Realização do ativo fiscal diferido na controlada indireta

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, a controlada Companhia Energética de São Miguel dos Campos ("CESMC"), mantém saldo de ativo fiscal diferido no montante de R\$ 100.307 mil, constituídos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A Controlada não apresentou evidências suficientes de que as projeções de lucros tributáveis futuros possam se materializar com segurança, ocasionando uma incerteza significativa quanto à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação e utilização dos respectivos créditos tributários. Diante das circunstâncias não nos foi praticável mensurar os impactos de possíveis ajustes nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de setembro de 2025.

Conclusão com ressalvas sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, com exceção do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias e apresentadas de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Operações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº10 às demonstrações contábeis, chamamos atenção para o fato de a Companhia manter operações com partes relacionadas, efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações contábeis referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Saldos iniciais

O balanço patrimonial consolidado referente ao exercício findo em 31 de março de 2025 foi por nós auditado e emitimos nosso relatório, datado em 30 de setembro de 2025, com ressalvas sobre: (i) Revisão dos controles sobre contratos de arrendamento; (ii) Reconhecimento de ajustes de exercícios anteriores por controlada; (iii) Realização do ativo fiscal diferido por controlada e; (iv) Ausência de reclassificação de empréstimo para curto prazo após quebra de cláusula restritiva ("covenant"). As demonstrações de resultado, do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos em 30 de setembro de 2024 e das mutações do patrimônio líquido, demonstrações de fluxo de caixa e Demonstrações do Valor Adicionado (informação suplementar) referente, individuais e consolidadas, para o período de seis meses findos em 30 de setembro de 2024, foram por nós revisadas e emitimos relatório de revisão datado em 04 de outubro de 2024, com ressalvas sobre: (i) Reconhecimento e mensuração de investimento em outras sociedades; (ii) Revisão dos controles sobre contratos de arrendamento e; (iii) Aumento de capital em valor superior ao saldo de reserva de incentivo fiscal disponível. Essas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas nesse contexto.



Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de setembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações do Valor Adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Maceió, 04 de dezembro de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - AL

Leonardo da Silva Vilar Gomes
Contador CRC 1 PE 021026/O-9 - S - AL



AÇÚCAR • ETANOL • BIOELETRICIDADE

Demonstrações contábeis
intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de Setembro de 2025

Safra 25-26

www.usinacaete.com



Índice**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

Balanço patrimonial	1
Demonstração dos resultados	2
Demonstração dos resultados abrangentes	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Demonstração dos valores adicionados	6

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional	7
2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis	9
3. Caixas e equivalentes de caixa	16
4. Aplicações financeiras – Ativo não circulante	16
5. Contas a receber de clientes	17
6. Estoques	18
7. Ativos biológicos	19
8. Tributos a recuperar	21
9. Outros créditos	21
10. Operações com partes relacionadas	21
11. Imposto de renda e contribuição social - diferidos	23
12. Investimento e provisão para perdas com investimentos	25
13. Imobilizado	28
14. Direito de uso, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	33
15. Fornecedores	36
16. Empréstimos e financiamentos	36
17. Salários e férias a pagar	40
18. Adiantamentos de clientes	40
19. Tributos e contribuições a recolher	41
20. Parcelamentos de tributos	41
21. Provisão para processos judiciais	42
22. Patrimônio líquido	43
23. Receita operacional líquida	45
24. Custos dos produtos vendidos	46
25. Despesas com vendas	46
26. Despesas administrativas e gerais	46
27. Outras receitas operacionais, líquidas	48
28. Resultado financeiro	49
29. Instrumentos financeiros	49
30. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros	57
31. Valor Justo	58
32. Cobertura de seguros	59
33. Compromissos de compra	59
34. Compromissos de vendas	60

Usina Caeté S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de Setembro de 2025 e 31 de Março de 2025
(Em milhares de reais)



Notas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Caixa e equivalentes de caixa	3	49.908	50.136	88.734
Contas a receber de clientes	5	91.800	72.526	93.235
Instrumentos financeiros derivativos		6.733	159	6.733
Estoques	6	464.067	462.450	485.655
Ativos biológicos	7	182.538	164.896	182.538
Tributos a Recuperar	8	136.882	142.053	143.550
Outros créditos	9	13.736	11.322	14.869
Circulante		945.664	903.542	1.015.314
Aplicações financeiras	4	19.274	10.116	19.345
Depósitos judiciais	21	3.687	3.638	3.711
Mútuo com partes relacionadas	10	24.933	2.243	933
Tributos a Recuperar	8	7.158	7.055	7.361
Outros créditos	9	1.158	1.474	1.702
Total do realizável a longo prazo		56.210	24.526	33.052
Investimentos	12	113.101	107.685	80.956
Propriedade para investimentos		235	235	235
Imobilizado	13	1.001.144	947.412	1.057.574
Direito de uso	14	696.454	692.124	696.454
Intangível		961	1.071	966
Não circulante		1.868.105	1.773.053	1.869.237
				1.792.112
Ativo		2.813.769	2.676.595	2.884.551
				2.749.365

Notas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Fornecedores	15	82.994	91.047	86.393
Empréstimos e financiamentos		378.955	300.021	385.449
Arrendamentos a Pagar	14	49.902	4.384	49.902
Parceria agrícola a pagar	14	93.817	83.101	93.817
Salários e férias a pagar	17	55.889	40.743	56.919
Adiantamentos de clientes	18	106.490	109.850	120.502
Tributos e contribuições a recolher	19	10.795	11.322	10.982
Parcelamentos de tributos	20	10.462	16.275	10.660
Outras contas a pagar		23.639	3.377	23.652
Circulante		812.943	660.120	838.276
Instrumentos financeiros derivativos		660.898	593.960	886.405
Empréstimos e financiamentos		76.735	84.324	76.735
Arrendamentos a Pagar	14	492.612	520.315	492.612
Parceria agrícola a pagar	14	-	6.253	1.100
Mútuo com partes relacionadas	10	-	-	600
Parcelamentos de tributos	20	8.931	11.610	9.021
Provisão para processos judiciais	21	25.981	25.644	25.981
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	85.222	109.042	(15.085)
Provisão para perdas em investimentos	12	97.101	88.236	-
Dividendos a pagar	22	5.295	5.295	5.295
Adiantamentos de clientes	18	-	11.667	-
Não circulante		1.452.793	1.456.346	1.482.082
Capital social		550.000	550.000	550.000
Ajuste de avaliação patrimonial		(36.098)	(37.714)	(36.098)
Reserva de reavaliação		13.943	14.141	13.943
Reserva legal		4.932	4.932	4.932
Subvenções para Investimentos		204.208	183.200	204.208
Lucros (prejuizos) acumulados		(188.952)	(154.430)	(188.952)
Patrimônio líquido	22	548.033	560.129	548.033
Participação de acionistas não controladores		-	-	16.160
Total do patrimônio líquido e participação de não controladores		548.033	560.129	564.193
Passivo		2.813.769	2.676.595	2.884.551
				2.749.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Usina Caeté S.A.
Demonstrações de resultados
Períodos findos em 30 de Setembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



Notas	Controladora				Consolidado			
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
	6 meses	6 meses	3 meses	3 meses	6 meses	6 meses	3 meses	3 meses
Receita líquida	23	716.579	556.869	288.121	213.764	719.104	560.129	288.308
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	(587.284)	(482.002)	(254.474)	(185.769)	(595.071)	(496.087)	(256.520)
Variação do valor justo do ativo biológico	7	-	46.870	-	-	-	46.870	-
Lucro bruto		129.295	121.737	33.647	27.995	124.033	110.912	31.788
Receitas (despesas) operacionais								
Despesas com vendas	25	(40.406)	(26.829)	(22.392)	(15.997)	(40.682)	(26.958)	(22.432)
Despesas administrativas e gerais	26	(50.190)	(49.085)	(24.699)	(28.330)	(50.716)	(49.426)	(25.130)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(9.683)	(20.526)	(3.391)	(10.931)	6	(644)	(136)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	6.078	11.780	7.017	1.236	11.215	11.309	9.272
		(94.201)	(84.660)	(43.465)	(54.022)	(80.177)	(65.719)	(38.426)
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro		35.094	37.077	(9.818)	(26.027)	43.856	45.193	(6.638)
Variações cambiais, líquidas		43.260	(40.083)	12.339	9.911	43.260	(40.083)	12.342
Receitas financeiras	28	479.410	52.370	465.243	(1.734)	482.175	52.418	466.967
Despesas financeiras	28	(595.296)	(77.576)	(528.989)	(33.240)	(606.275)	(87.631)	(533.193)
Resultado financeiro líquido		(72.626)	(65.289)	(51.407)	(25.063)	(80.840)	(75.296)	(53.884)
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(37.532)	(28.212)	(61.225)	(51.090)	(36.984)	(30.103)	(60.522)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	23.820	5.268	17.611	37.788	23.820	5.268	17.611
Lucro/prejuízo líquido antes das participações de acionistas não		(13.712)	(22.944)	(43.614)	(13.302)	(13.164)	(24.835)	(42.911)
Resultado atribuível aos:								
Controladores						(13.712)	(22.944)	(43.614)
Não controladores						548	(1.891)	703
Resultado do exercício / período						(13.164)	(24.835)	(42.911)
Resultado por ação - básico e diluído (Em R\$)						(1.349,47)	(2.546,00)	(4.398,42)
								(1.494,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
	6 meses	6 meses	3 meses	3 meses	6 meses	6 meses	3 meses	3 meses
Resultados do período								
Variação na participação relativa de investidas	(13.712)	(22.944)	(43.614)	(13.302)	(13.164)	(24.835)	(42.911)	(14.573)
	1.616	-	914	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(12.096)	(22.944)	(42.700)	(13.302)	(13.164)	(24.835)	(42.911)	(14.573)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Usina Caeté S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de Setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Subvenções para investimentos	Outras reservas de lucro	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de Março de 2024	393.868	(72.804)	15.262	4.932	142.320	21.432	-	505.010	208	505.218
Aumento de capital	156.132	-	-	-	(142.320)	-	(13.812)	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	(22.944)	(22.944)	(1.891)	(24.835)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(200)	-	-	-	200	-	-	-
Variação na participação relativa de investidas	-	2.576	-	-	-	-	-	2.576	923	3.499
Absorção de reserva de lucros pelo prejuízo do período	-	-	-	(4.932)	-	(21.432)	26.364	-	-	-
Saldos em 30 de Setembro de 2024	550.000	(70.228)	15.062	-	-	-	(10.192)	484.642	(760)	483.882
Saldos em 31 de Março de 2025	550.000	(37.714)	14.141	4.932	183.200	-	(154.430)	560.129	15.612	575.741
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	(13.712)	(13.712)	548	(13.164)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(198)	-	-	-	198	-	-	-
Incentivos Fiscais – ICMS – DEC 59.991/18-AL	-	-	-	-	21.008	-	(21.008)	-	-	-
Variação na participação relativa de investidas	-	1.616	-	-	-	-	-	1.616	-	1.616
Saldos em 30 de Setembro de 2025	550.000	(36.098)	13.943	4.932	204.208	-	(188.952)	548.033	16.160	564.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Usina Caeté S.A.

Demonstrações de Fluxo de Caixa

Períodos findos em 30 de Setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Controladora	Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025
			30/09/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro líquido do período	(13.712)	(22.944)	(13.164)
Ajustes para reconciliar o (prejuízo)/lucro líquido ao caixa (usado)/gerado nas atividades operacionais			(24.835)
Depreciação da Lavoura	50.848	42.256	50.848
Depreciação do imobilizado	22.580	14.922	26.284
Depreciação de direito de uso	59.004	-	59.004
Amortização do Intangível	1.014	115	1.013
Amortização dos Tratos Culturais	71.751	87.528	71.751
Valor residual do imobilizado baixado	2.721	3.019	2.721
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(23.820)	(5.269)	(23.820)
Juros sobre arrendamentos e parcerias agrícolas	61.552	-	61.552
Juros, multas	76.368	50.631	86.233
Variações cambiais	(40.232)	40.603	(40.232)
Ajuste a valor presente empréstimos e financiamentos	31.954	(40.241)	31.954
Mudança no valor justo de ativos biológicos	-	(46.870)	-
Constituição de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa	862	682	1.991
(Reversão) de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa	(870)	(682)	(1.906)
Provisão para processos judiciais	337	298	337
Resultado da equivalência patrimonial	9.683	20.526	(6)
Instrumentos financeiros derivativos	(6.556)	-	(6.556)
Decréscimo (acréscimo) de ativos	303.484	144.574	308.004
Contas a receber de clientes	(19.266)	(9.525)	(18.112)
Estoques	(1.617)	(110.115)	(16.535)
Ativo biológico	(89.393)	(108.979)	(89.393)
Tributos a recuperar	5.068	1.652	3.901
Depósitos judiciais	(49)	(177)	(49)
Outros créditos	(2.098)	259	(326)
	(107.355)	(226.885)	(120.514)
			(238.983)
Acréscimo (decréscimo) de passivos	3.309	(90.525)	4.203
Fornecedores	(8.053)	(6.264)	(6.212)
Salários e férias a pagar	15.146	(1.212)	15.350
Adiantamentos de clientes	(15.027)	(68.766)	(15.956)
Tributos e contribuições a recolher	(527)	(365)	(484)
Parcelamentos de tributos	(8.492)	(11.831)	(8.760)
Outras contas a pagar	20.262	(2.087)	20.265
			(2.084)
	3.309	(90.525)	4.203
			(89.905)
Juros pagos	(82.821)	(22.720)	(92.242)
Caixa (aplicado nas)/gerado pelas atividades operacionais	116.617	(195.556)	99.451
			(220.182)
Aplicações financeiras	(9.158)	3.615	(9.162)
Aquisição de imobilizado	(60.054)	(146.439)	(67.575)
Adições ao plantio	(69.827)	(74.806)	(69.826)
Aplicação no intangível	(904)	(24)	(902)
Empréstimos concedidos a parte relacionadas	(25.911)	(37.314)	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	3.221	6.477	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Investimento em coligadas	(4.618)	-	(4.618)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(167.251)	(248.491)	(152.083)
			(218.412)
Novos empréstimos	318.878	470.685	318.878
Pagamentos de financiamentos e empréstimos	(158.275)	(192.172)	(160.037)
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	(6.253)	-	797
Pagamento de arrendamentos e parcerias agrícolas (CPC 06 (R2))	(103.944)	-	5.160
Caixa gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamento	50.406	278.513	55.694
			276.868
(Redução)/Aumento no caixa e equivalentes a caixa	(228)	(165.534)	3.062
			(161.726)
No início do exercício	50.136	197.764	85.672
No final do exercício	49.908	32.230	88.734
(Redução)/Aumento no caixa e equivalentes a caixa	(228)	(165.534)	3.062
			(161.726)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Usina Caeté S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado

Períodos findos em 30 de Setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Receitas	791.231	697.937	794.984	707.876
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	782.313	637.766	785.976	647.408
Receita na alienação de ativo imobilizado	7.473	13.485	7.473	13.652
Outras receitas	3.475	50.256	3.579	50.630
Devolução de Vendas	(2.030)	(3.570)	(2.044)	(3.814)
Insumos adquiridos de terceiros	(292.664)	(170.810)	(289.627)	(180.525)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(167.097)	(38.517)	(164.551)	(86.951)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(122.850)	(129.272)	(122.359)	(90.553)
Perda na alienação de ativo imobilizado	(2.717)	(3.021)	(2.717)	(3.021)
Valor adicionado bruto	498.567	527.127	505.357	527.351
Despesas de amortização/depreciação	(145.298)	(144.822)	(149.003)	(148.358)
Depreciação e amortização	(22.697)	(15.037)	(26.402)	(18.573)
Ativos biológicos colhidos	(122.601)	(129.785)	(122.601)	(129.785)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	353.269	382.305	356.354	378.993
Valor adicionado recebido em transferência	536.705	52.663	549.163	72.593
Resultado de equivalência patrimonial	(9.683)	(20.526)	6	(644)
Receitas financeiras	543.555	73.189	546.322	73.237
Outras	2.833	-	2.835	-
Valor adicionado total a distribuir	889.974	434.968	905.517	451.586
Pessoal:	134.782	130.385	136.966	135.789
Remuneração direta	111.376	109.814	113.252	114.129
Benefícios	13.884	11.421	14.039	12.182
FGTS	9.522	9.150	9.675	9.478
Impostos, taxas e contribuições:	42.675	74.580	44.141	76.684
Federais	8.923	30.084	9.822	31.500
Estaduais	33.752	44.450	34.311	45.131
Municipais	-	46	8	53
Remuneração de capitais de terceiros:	726.230	252.947	737.575	263.948
Juros e demais despesas financeiras	100.846	52.575	111.733	62.630
Perdas com variações cambiais	20.887	60.902	20.890	60.902
Aluguéis	110.047	114.468	110.410	115.414
Outras	494.450	25.002	494.542	25.002
Remuneração (perdas) de capitais próprios:	(13.713)	(22.944)	(13.165)	(24.835)
Lucros Retidos / (Prejuízo) do período	(13.713)	(22.944)	(13.165)	(24.835)
Valor adicionado distribuído	889.974	434.968	905.517	451.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

a) Controladora

A Usina Caeté S.A. é uma Companhia domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Barão de Jaraguá, número 47, no bairro de Jaraguá, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

O objetivo social da Companhia é o plantio e a industrialização da cana-de-açúcar e seus derivados industriais, a produção e comercialização de energia elétrica, a comercialização de seus produtos no mercado interno e externo e participação em outras Companhias. A principal atividade de industrialização é a produção de açúcar VHP (very high polarization), açúcar refinado, açúcar cristal, etanol anidro e hidratado.

Atualmente, o processo produtivo da Companhia concentra-se em 3 unidades industriais, sendo duas usinas localizadas no Estado de Alagoas e uma destilaria no Estado de São Paulo.

A Companhia está direcionando o volume a ser exportado em cotas preferenciais e produtos com maior valor agregado. Dessa forma, o volume fixado para a safra 25/26 está em 80% sobre o volume vendido, podendo ser aumentado caso o mercado apresente mais oportunidades que tragam maiores margens de retorno. As exportações correspondem a cerca de 40% da receita total.

A Administração entende que essas ações continuarão a produzir impactos positivos nos resultados futuros e na posição financeira da Companhia, garantindo-lhes plenas condições de continuar suas operações de forma crescente.

b) Controladas

SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda. ("SOTAN")

Empresa limitada, sediada em Rio Largo – AL, na Rodovia BR-104, Aeroporto Zumbi dos Palmares. Opera no transporte aéreo de passageiros e de cargas na modalidade táxi aéreo, com operações regionais, nacionais e internacionais.

Varrela Pecuária Ltda. ("Varrela")

Empresa limitada, sediada em São Miguel dos Campos – AL, na Fazenda Varrela, Zona Rural. Dedica-se à atividade pecuária, com foco na criação, manejo e desenvolvimento de rebanhos.

Companhia Energética de São Miguel dos Campos ("CESMC")

Sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Miguel dos Campos – AL, na Fazenda São João, Zona Rural. Desenvolve um ecossistema integrado de geração de vapor e energia elétrica a partir de biomassa, com atividades principais na cogeração, no fornecimento de energia elétrica e vapor, além da prestação de serviços correlatos.

Estrutura de governança corporativa

Em 19 de abril de 2021, a Assembleia Geral deliberou sobre a instituição do Conselho Consultivo e sobre a modificação da composição da Diretoria, além de permitir a criação, pela Diretoria, de comitês e/ou grupos de trabalho multidisciplinares.

Desde então, a Diretoria vem sendo assessorada por um Conselho Consultivo constituído e estruturado na forma prevista no Estatuto Social para opinar sobre matérias consideradas estratégicas para a Companhia. O Conselho, que pode ser composto por até 06 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 01 (um) ano, atua emitindo pareceres e recomendações à Diretoria, enriquecendo o processo decisório na medida em que traz à discussão profissionais experientes, especializados e comprometidos com boas práticas de governança corporativa.

O Conselho Consultivo, que se reúne em caráter ordinário uma vez por mês, está composto pelo Conselheiro Presidente Jacyr da Silva Costa Filho, bem como pelos Conselheiros Aryl Pontes Lyra Filho, Maria Irene Sibaldo Leite, Moacir da Rocha Bastos e Luiz Humberto Guimarães de Castro Prado, esse último eleito como Conselheiro Independente.

A Diretoria, é constituída por 01 (um) Diretor Presidente e 03 (três) Diretores Sem Designação Específica. Foram eleitos para compor a Diretoria os Diretores Luiz Magno Epaminondas Tenório de Brito, Araken Barbosa de Miranda Júnior e Paulo Couto Ramalho de Castro, responsáveis, respectivamente, pelas áreas agroindustrial, financeira e administrativa, além do Diretor Presidente Aryl Pontes Lyra Filho.

A Diretoria poderá formar comitês e /ou grupos de trabalho multidisciplinares com fins de analisar e debater temas inerentes à gestão, cabendo a Diretoria determinar a sua criação e finalidade.

Tensões Geopolíticas

As tensões geopolíticas representam um risco para a empresa. O aumento dessas tensões em áreas-chave de produção de petróleo pode levar a flutuações nos preços dos produtos vendidos, taxas de câmbio, insumos e questões logísticas, dependendo da situação. Esses riscos podem afetar a receita e os custos operacionais da empresa.

Flutuações Climáticas

Riscos relacionados às condições climáticas podem impactar a empresa, especialmente geadas, problemas hídricos decorrentes de secas prolongadas e incêndios. Isso pode afetar negativamente a produtividade dos canaviais e, consequentemente, a produção de açúcar, etanol e outros coprodutos, influenciando as receitas, custos e o valor dos ativos biológicos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias individuais (“Controladora”) e consolidadas condensadas da Companhia (“Consolidado”) foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), e com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas condensadas, controladora e consolidado, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis intermediárias referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

A emissão das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas condensadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 04 de dezembro de 2025.

2.2. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026
- c) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis intermediárias.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações contábeis intermediárias (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

- d) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

2.3. Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Percentual de participação

	30/09/2025		31/03/2025	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
SOTAN- Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Itda.	63,93%	36,07%	63,93%	36,07%
Varrela Pecuária Ltda	88,67%	11,33%	88,67%	11,33%
Posto Caeté Ltda	100%	-	100%	-
Companhia Energética de São Miguel dos Campos	100%	-	100%	-

As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações contábeis intermediárias das controladas foram preparadas no mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, foram eliminados por completo.

Além das controladas diretas e indiretas relacionadas na tabela anterior, a Companhia possui outras participações societárias em controladas em conjunto e coligadas, conforme divulgado na Nota Explicativa nº12.

2.4. Reconhecimento de receita

A Controladora Usina Caeté S.A. comercializa açúcar, etanol, melaço, energia elétrica bagaço de cana, entre outros. A controlada Sotan – Sociedade de Taxi Aéreo do Nordete Ltda presta serviço de taxi aéreo, já a controlada Varrela Pecuária Ltda comercializa bovinos e ovinos e a controlada Companhia Energética de São Miguel dos Campos comercializa energia elétrica e vapor. Para que a receita seja reconhecida, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, sendo as etapas de: identificação dos contratos com os clientes, identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, determinação de preço da transação e alocação do preço da transação. Adicionalmente, as vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a transferência de controle dos produtos para o cliente. A transferência de controle não ocorre até que os seguintes eventos ocorram: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

2.5. Tributação

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. As Controladas, assim como as controladoras, são tributadas pelo lucro real.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas.

O valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.7. Instrumentos financeiros

A Companhia adota o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de hedge), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

O cálculo de impairment dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”, exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, parceria agrícola, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de venda.

O custo transferido de ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

2.9. Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder: (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida; e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação da Companhia no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa.

O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Intangível" no balanço patrimonial da controladora e consolidado.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é mensurado novamente na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.10. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado foi reavaliado, por meio dos valores justos determinados por laudo emitido por especialista. Este procedimento de reavaliação foi efetuado em data anterior a 1º de janeiro de 2009, data de transição da

Companhia para os CPCs e os valores da reavaliação foram adotados como custo atribuído no patrimônio líquido, conforme permitido na época.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para os períodos corrente e comparativo, são as seguintes:

Edificações e benfeitorias	38 a 50 anos
Formação de cana	5 anos
Instalações diversas e máquinas e equipamentos	2 a 20 anos
Máquinas e implementos agrícolas	1 a 5 anos
Móveis e utensílios	2 a 15 anos
Veículos	1 a 5 anos
Aeronaves	20 anos
Computadores e periféricos e equipamentos e aparelhos de telefonia	1 a 8 anos
Aparelhos e ferramentas	1 a 7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.11. Questões ambientais

Os parques industriais e as atividades relacionadas às plantações da Companhia estão sujeitas à regulamentação ambiental. A Companhia reduz os riscos associados a questões ambientais por meio de procedimentos e controles operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle da poluição. Com base nas leis e normas vigentes no Brasil, a administração da Companhia acredita que, atualmente, não é necessária nenhuma provisão para perdas referentes a questões ambientais.

2.12. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

a) Perda (*impairment*)

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos ativos imobilizados e intangíveis. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 13).

b) Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 7).

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando aplicável, o valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.

e) Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantias oferecidas.

3. Caixas e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025
Caixa e bancos	28.552	18.713	28.731
Aplicações financeiras	21.356	31.423	60.003
	49.908	50.136	88.734

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário CDI e em fundos conservadores de baixo risco, referenciados a cotas de títulos públicos indexadas em média a 100,21% do CDI (99,62% em março de 2025) e são realizadas com instituições de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política essa adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentadas na Nota 29 (Instrumentos financeiros).

4. Aplicações financeiras – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Aplicações financeiras	19.274	10.116	19.345	10.183
	19.274	10.116	19.345	10.183

As aplicações financeiras são vinculadas (garantias) às operações financeiras através de cédulas de crédito industrial e bancária, liquidáveis em longo prazo.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário CDI e em fundos conservadores de baixo risco, referenciados a cotas de títulos públicos indexadas em media a 100,21% do CDI (99,62% em março de 2025) e são realizadas com instituições de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política essa adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentadas na Nota 29 (Instrumentos financeiros).

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo seu valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Clientes país	92.619	73.396	95.183	77.114
Clientes do exterior	43	-	43	-
	92.662	73.396	95.226	77.114
(-) Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	(862)	(870)	(1.991)	(1.906)
	91.800	72.526	93.235	75.208

O contas a receber por idade de vencimento está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
A vencer	91.364	64.978	92.652	66.732
Vencidos até 30 dias	293	4.644	375	4.684
Vencidos de 31 a 60 dias	143	2.902	192	3.265
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-	25	92
Vencidos de 91 a 120 dias	-	-	21	293
Vencidos de 121 a 180 dias	-	2	51	150
Vencidos de acima de 181 dias	862	870	1.910	1.898
Total	92.662	73.396	95.226	77.114

O risco de crédito das contas a receber advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento de seu saldo devedor.

A Companhia adota como critério para reconhecimento das provisões considerando: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

Nesse período a Companhia reverteu a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 870, como também constituiu a provisão de R\$ 862 (apresentado como provisão para perdas na realização de ativos na demonstração do fluxo de caixa). Abaixo, a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Saldo inicial	(870)	(682)	(1.906)	(1.551)
Constituição no período	(862)	(870)	(1.991)	(1.906)
Reversão no período	870	682	1.906	1.551
Saldo final	(862)	(870)	(1.991)	(1.906)

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionados a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na Nota 29.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Produtos acabado-açúcar (a)	95.408	247.091	95.408	247.091
Produtos acabado-etanol (a)	88.146	21.541	88.146	21.541
Estoque em poder de Terceiros	-	704	-	704
Melaço - p/ etanol	1.211	646	1.211	646
Total de produtos acabados	184.765	269.982	184.765	269.982
Mercadoria de Revenda	-	-	126	-
Custos de entressafra (b)	109.214	57.753	123.978	57.752
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	60.529	51.296	67.228	57.967
Adiantamento a fornecedores de matéria prima	109.559	83.419	109.558	83.419
	464.067	462.450	485.655	469.120

- (a) A manutenção de entressafra é referente aos gastos incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção industrial e agrícola na safra seguinte. Nas unidades do nordeste, esses valores tendem a crescer de abril a agosto de cada ano, enquanto a unidade em SP os montantes são registrados entre novembro a março;
- (b) Refere-se a adiantamentos que serão compensados por fornecimento de cana-de-açúcar na próxima safra 2025/2026.

Estoques de etanol são controlados através de medições mensais de evaporação, e as perdas com açúcar são realizadas no final de cada safra. Em 30 de setembro de 2025, a Administração da Companhia avaliou, no período atual, os volumes do estoque e concluiu como imaterial a necessidade de constituição de provisão para redução aos valores de realização.

7. Ativos biológicos

	30/09/2025	31/03/2025
Saldo inicial	164.896	145.540
Adições com tratos de cana	89.393	209.990
Absorção dos custos de cana colhida	(71.751)	(240.742)
Mudança de valor justo menos despesas estimadas de vendas	-	50.108
Saldo final	182.538	164.896
Composto por:		
Custo histórico	227.569	209.927
Valor justo	(45.031)	(45.031)

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. A cada colheita, são realizados os tratos culturais, que proporcionam melhores condições para o crescimento e desenvolvimento da lavoura após a colheita. Com a realização desse processo, a lavoura de cana-de-açúcar (ativo imobilizado) ganha produtividade e consequentemente aumento da sua vida útil. Sendo assim, os dispêndios com tratos culturais são classificados no grupo de atividades de investimentos da demonstração do fluxo de caixa. Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Usina Caeté S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais)



O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação de: (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável); e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados público/s e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e

Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

São as seguintes premissas utilizadas na determinação do valor justo:

	30/09/2025	31/03/2025
Unidade Caeté		
Área estimada de colheita (hectares)	20.136	20.136
Produtividade prevista (tons cana p/hectare)	78,94	78,94
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	134,00	134,00
Valor do Kg de ATR	1,4302	1,4302
Unidade Marituba		
Área estimada de colheita (hectares)	8.824	8.824
Produtividade prevista (tons cana p/hectare)	74,49	74,49
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	134,00	134,00
Valor do Kg de ATR	1,4302	1,4302
Unidade Paulicéia		
Área estimada de colheita (hectares)	19.433	19.433
Produtividade prevista (tons cana p/hectare)	64,96	64,96
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	138,88	138,88
Valor do Kg de ATR	1,2780	1,2780

Com base nas estimativas de receitas e despesas, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados que serão gerados e valor presente que quantidade, considerando uma taxa de desconto real de 4,97% (7,96% em 31 de março 2024) ao ano, que é o WACC (Weighted Average Capital Cost - Custo Médio Ponderado do Capital) da Companhia, o qual é revisado anualmente pela administração. As alterações no valor justo são apresentadas como "As alterações no valor justo dos ativos biológicos".

O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento e depreciação dos ativos biológicos no período.

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras pode ser afetado, aumentado ou reduzido.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis:

- (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar; e
- (ii) volume de produção de cana-de-açúcar.

As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 10% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 55.459. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 10%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 55.459.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Ativo circulante				
Imposto de renda e contribuição social	4.284	6.735	4.404	6.947
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	79.540	81.932	79.753	82.016
IPI - Imposto Produtos Industrializados	2.065	1.962	2.093	1.990
PIS - Programa de Integração Social (a)	9.129	9.246	10.290	10.205
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (a)	48.231	48.785	53.580	53.207
Outros	791	448	791	447
	144.040	149.108	150.911	154.812
Circulante	136.882	142.053	143.550	147.651
Não circulante	7.158	7.055	7.361	7.161
	144.040	149.108	150.910	154.812

(a) O PIS e a COFINS a recuperar referem-se a créditos gerados dos insumos das exportações de açúcar e etanol. Sua compensação dar-se-á com o débito dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, à medida que seja apurado saldo devedor e for permitida a compensação. O saldo residual é feito pedido de resarcimento, no qual estão classificados no longo prazo.

Os saldos de tributos a recuperar advêm de transações mercantis, apresentados pela expectativa de realização. A Administração avaliou o impacto dos ajustes a valor presente dos tributos a recuperar como imaterial.

9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Adiantamento a fornecedores diversos				
Outros	4.581	4.110	5.174	4.331
	10.313	8.686	11.397	11.914
	14.894	12.796	16.571	16.245
Circulante	13.736	11.322	14.869	14.547
Não circulante	1.158	1.474	1.702	1.698
	14.894	12.796	16.571	16.245

10. Operações com partes relacionadas

a. Controladora e controlador final

A Companhia é controlada pela LAGENSE S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES, que por sua vez é controlada pela Sra Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias, controladora final do Grupo.

b. Operações com pessoal chave

O pessoal chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita em Assembléia Geral Ordinária.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício de 30 de setembro de 2025 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 4.607 (R\$ 4.287 em 31 de março de 2025). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios pós emprego.

c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado:

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2025 e 31 de março de 2025, bem como as operações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024, relativas às transações com partes relacionadas são:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Ativo				
Não circulante				
Mútuos				
Fernando Lopes de Farias	-	52	-	52
Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias	-	304	-	304
Lagense S.A. Administração e Participações.	933	874	933	874
Posto Caeté Ltda	525	-	-	-
Companhia Energética de São Miguel dos Campos	23.475	1.013	-	-
	24.933	2.243	933	1.230
Passivo				
Não Circulante				
Mútuos				
Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias	--		1.100	600
Posto Caeté Ltda	-73		-	-
SOTAN - Soc. de Taxi Aéreo do Ne. Ltda	-6.180		-	-
	-6.253		1.100	600

Os saldos de mútuos ativos e passivos não circulante referem-se a mútuos sem incidência de encargos financeiros e sem previsão de data para liquidação.

Operações reconhecidas no resultado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Receitas de produtos ou serviços				
Companhia Energética de São Miguel dos Campos	1.352	1.499	-	-
Posto Caeté Ltda	799	-	-	-
Caetex Florestal S/A	1.454	624	1.454	624
Compra de Produtos ou Serviços	3.605	2.123	1.454	624
Companhia Energética de São Miguel dos Campos	2.654	3.328	-	-
	2.654	3.328	-	-

A Usina Caeté S.A. fornece biomassa para a Companhia Energética de São Miguel dos Campos, que, por sua vez, fornece energia elétrica, vapor e outras utilidades.

11. Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora		
	Saldo em 31/03/2025	Resultado	Saldo em 30/09/2025
Ativo			
Prejuízo Fiscal	34.295	11.082	-
Base de Cálculo Negativa da Cont. Social	12.346	3.990	-
Provisão para devedores duvidosos	298	(3)	295
Provisão para contingências	1.517	(23)	-
Ativo Biológico	15.311	-	-
	63.767	15.046	-
Passivo			
Valor presente s/empréstimos e financiamentos	165.524	(8.672)	-
Reserva de reavaliação	7.285	(102)	-
	172.809	(8.774)	-
Líquido (passivo-ativo)	109.042	(23.820)	-
			85.222

	Consolidado			
	Saldo em 31/03/2025	Resultado	Realização	Saldo em 30/09/2025
Ativo				
Prejuízo Fiscal	100.307	11.083	-	111.390
Base de Cálculo Negativa da Cont. Social	33.559	3.990	-	37.549
Provisão para devedores duvidosos	13.379	(3)	-	13.376
Provisão para contingências	1.519	(23)	-	1.496
Ativo Biológico	15.311	-	-	15.311
	164.075	15.047	-	179.122
Passivo				
Valor presente s/empréstimos e financiamentos	165.524	(8.672)	-	156.852
Reserva de reavaliação	7.286	(101)	-	7.185
	172.810	(8.773)	-	164.037
Líquido (passivo-ativo)	8.735	(23.820)	-	(15.085)

A Companhia possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social a compensar:

- a. Prejuízos fiscais do imposto de renda
- b. Base negativa de contribuição social

- a. Prejuízos fiscais do imposto de renda
- b. Base negativa de contribuição social

Controladora	
30/09/2025	31/03/2025
181.509	51.748
181.509	51.748
Consolidado	
30/09/2025	31/03/2025
597.531443.481	
656.028501.979	

A Companhia adotou a interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. Essa interpretação aborda a contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incertezas que afetam a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve avaliar se cada tratamento tributário incerto será considerado individualmente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos, adotando a abordagem que melhor estime a resolução da incerteza. A Companhia não identificou impactos relevantes decorrentes da sua adoção.

Usina Caeté S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais)



12. Investimento e provisão para perdas com investimentos

Em 30 de setembro de 2025	Controladora								Total
	SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste	Varrela Pecuária Ltda	Companhia Energética de São Miguel dos Campos	Caetex Florestal S/A	Alpha Participações Ltda	Posto Caeté Ltda	Copersucar S/A		
Método de avaliação	MEP	MEP	MEP	MEP	MEP	MEP	MEP	CUSTO	
Ativo total	44.823	9.517	172.007	581.850	9.581	1.020	12.314.414	13.133.212	
Capital social	104.752	71.519	124.818	232.112	23.000	300	1.734.833	2.291.334	
Patrimônio Líquido	43.324	4.702	(97.101)	323.217	9.571	278	1.950.116	2.234.107	
Lucro/Prejuízo do período	2.331	(2.586)	(8.864)	(1.590)	1.148	(22)	203.326	193.743	
Percentual de participação	63,93%	88,67%	100%	21,3%	30%	100%	-	2,03%	
Resultado da equivalência patrimonial	1.490	(2.293)	(8.863)	(339)	344	(22)	-	(9.683)	
Saldo de investimentos	27.697	4.170	-	68.848	2.871	278	9.237	113.101	
Provisão para perdas em investimentos	-	-	97.101	-	-	-	-	97.101	

Em 31 de março de 2025	Controladora								Total
	SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste	Varrela Pecuária Ltda	Companhia Energética de São Miguel dos Campos	Pioneira de Delmiro Gouveia Ltda	Caetex Florestal S/A	Alpha Participações Ltda	Vila da Pedra Empreendimentos Imobiliários Ltda	Posto Caeté Ltda	
Ativo total	42.161	10.904	159.903	710	585.612	8.443	67.810	345	12.386.805
Capital social	104.752	71.519	124.818	535	232.112	23.000	91.589	300	1.743.602
Patrimônio Líquido	40.993	7.289	(88.236)	608	317.204	8.433	16.047	300	2.062.289
Lucro/Prejuízo do exercício	(1.097)	(2.472)	(11.793)	(98)	(10.909)	1.474	701	-	406.684
Percentual de participação	63,93%	88,67%	100%	0	21,30%	30%	-	100%	2,03%
Resultado da equivalência Patrimonial	951	(2.306)	(11.793)	(6)	(1.158)	442	1.103	-	(12.767)
Saldo de investimentos	26.207	6.463	-	-	67.567	2.530	-	300	4.618
Provisão para perdas em investimentos	-	-	88.236	-	-	-	-	-	88.236

Usina Caeté S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

em 30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais)



Consolidado

	Em 30 de setembro de 2025	Caetex Florestal S.A.	Alpha Participações Ltda.	Copersucar S.A.	Total
Método de avaliação		MEP	MEP	CUSTO	
Ativo total		581.850	9.581	12.314.414	12.905.845
Capital social		232.112	23.000	1.734.833	1.989.945
Patrimônio Líquido		323.217	9.571	1.950.116	2.282.904
Lucro/Prejuízo do período		(1.590)	1.148	203.326	202.884
Percentual de participação		21,30%	30,00%	2,03%	
Resultado da equivalência patrimonial		(338)	344	-	6
Saldo de investimentos	68.848	2.871	9.237	9.237	80.956

	Em 31 de março de 2025	Rádio Pioneira de Delmiro Gouveia Ltda.	Caetex Florestal S.A.	Alpha Participações Ltda.	Vila da Pedra Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Copersucar S.A.	Total
Ativo total		710	585.612	8.443	57.810	11.510.917	12.163.492
Capital social		535	232.112	23.000	91.589	1.743.602	2.090.838
Patrimônio Líquido		608	317.204	8.433	16.047	2.062.289	2.404.581
Lucro/Prejuízo do exercício		(98)	(10.909)	1.474	701	406.684	397.852
Percentual de participação			21,30%	30,00%		2,03%	
Resultado da equivalência patrimonial		(6)	(1.158)	442	1.103	-	381
Saldo de investimentos	-	67.568	2.530	-	4.618	74.716	

Movimentação:

	Controladora		
	Investimentos	Provisão para perdas em Investimentos	Resultado do período
	107.685	(88.236)	-
Saldo em 31 de março de 2025			
Integralização de capital	4.618	-	-
Dividendos a receber	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	1.616	-	-
Alienação de ações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(818)	(8.865)	(9.683)
Saldo em 30 de setembro de 2025	113.101	(97.101)	(9.683)
	Consolidado		
	Investimentos	Provisão para perdas em Investimentos	Resultado do período
	74.716	-	-
Saldo em 31 de março de 2025			
Integralização de capital	4.618	-	-
Dividendos a receber	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	1.616	-	-
Alienação de ações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	6	-	-6
Saldo em 30 de setembro de 2025	80.956	-	-6

13. Imobilizadoa. Composição do saldo

Em uso	Controladora			31/03/2025
	Custo	30/09/2025	Líquido	Líquido
Terras	11.672	-	11.672	11.672
Edificações e benfeitorias	185.912	(59.008)	126.904	118.299
Formação de cana	591.541	(203.149)	388.392	369.413
Instalações diversas	89.887	(70.601)	19.286	18.338
Máquinas e equipamentos	684.706	(374.669)	310.037	312.814
Máquinas e implementos agrícolas	109.095	(63.154)	45.941	50.298
Moveis e utensílios	9.682	(5.181)	4.501	3.858
Veiculos	34.090	(29.401)	4.689	5.460
Aeronaves	-	-	-	1.381
Computadores e periféricos	7.560	(5.241)	2.319	2.504
Aparelhos e ferramentas	14.985	(9.237)	5.748	5.189
Equipamentos e aparelhos de telefonia	2.120	(1.435)	685	671
	1.741.250	(821.076)	920.174	899.897
Imobilização em andamento	79.451	-	79.451	46.101
Adiantamento p/ aquisição Imobilizado	1.519	-	1.519	1.414
	1.822.220	(821.076)	1.001.144	947.412

	Consolidado			
	30/09/2025		Líquido	31/03/2025
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Em uso				
Terras	12.835	-	12.835	12.835
Edificações e benfeitorias	187.625	(59.195)	128.430	119.769
Formação de cana	637.162	(248.771)	388.391	369.413
Instalações diversas	89.909	(70.608)	19.301	18.355
Máquinas e equipamentos	758.348	(401.948)	356.400	361.687
Máquinas e implementos agrícolas	109.721	(63.408)	46.313	50.312
Móveis e utensílios	9.877	(5.275)	4.602	3.968
Veículos	34.371	(29.498)	4.873	5.666
Aeronaves	6.191	(231)	5.960	1.428
Computadores e periféricos	7.764	(5.364)	2.400	2.582
Aparelhos e ferramentas	15.650	(9.566)	6.084	5.494
Equipamentos e aparelhos de telefonia	2.121	(1.436)	685	672
	1.871.574	(895.300)	976.274	952.181
Imobilização em andamento	79.781	-	79.781	46.431
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	1.519	-	1.519	1.414
	1.952.874	(895.300)	1.057.574	1.000.026

Usina Caeté S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais)



b. Movimentação

	Controladora					Saldo em 30/09/2025
	Saldo em 31/03/2025	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Em uso						
Terras	11.672	-	-	-	-	11.672
Edificações e benfeitorias	118.299	-	-	(1.744)	10.349	126.904
Formação de cana	369.413	69.827	-	(50.848)	-	388.392
Instalações diversas	18.338	8	(3)	(896)	1.839	19.286
Máquinas e equipamentos	312.814	1.559	(728)	(9.634)	6.026	310.037
Máquinas e implementos agrícolas	50.298	3.066	(17)	(8.307)	901	45.941
Moveis e utensílios	3.858	608	(25)	(178)	238	4.501
Veículos	5.460	463	(503)	(731)	-	4.689
Aeronaves	1.381	-	(1.335)	(46)	-	-
Computadores e periféricos	2.504	237	(24)	(407)	9	2.319
Aparelhos e ferramentas	5.189	850	(17)	(525)	251	5.748
Equipamentos e aparelhos de telefonia	671	195	(69)	(112)	-	685
	899.897	76.813	(2.721)	(73.428)	19.613	920.174
Imobilização em andamento	46.101	52.963	-	-	(19.613)	79.451
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	1.414	105	-	-	-	1.519
	947.412	129.881	(2.721)	(73.428)	-	1.001.144

Usina Caeté S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais)



	Consolidado					Saldo em 30/09/2025
	Saldo em 31/03/2025	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Em uso						
Terras	12.835	-	-	-	-	12.835
Edificações e benfeitorias	119.769	88	-	(1.776)	10.349	128.430
Formação de cana	369.413	69.826	-	(50.848)	-	388.391
Instalações diversas	18.355	6	(3)	(896)	1.839	19.301
Máquinas e equipamentos	361.687	2.399	(728)	(12.984)	6.026	356.400
Máquinas e implementos agrícolas	50.312	3.445	(17)	(8.328)	901	46.313
Moveis e utensílios	3.968	610	(25)	(189)	238	4.602
Veículos	5.666	462	(503)	(752)	-	4.873
Aeronaves	1.428	6.130	(1.335)	(263)	-	5.960
Computadores e periféricos	2.582	252	(24)	(419)	9	2.400
Aparelhos e ferramentas	5.494	921	(17)	(565)	251	6.084
Equipamentos e aparelhos de telefonia	672	194	(69)	(112)	-	685
	952.181	84.333	(2.721)	(77.132)	19.613	976.274
Imobilização em andamento	46.431	52.963	-	-	(19.613)	79.781
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	1.414	105	-	-	-	1.519
	1.000.026	137.401	(2.721)	(77.132)	-	1.057.574

Usina Caeté S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais)



Controladora

	Saldo em 31/03/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 30/09/2024
Em uso						
Terras	11.724	-	-	-	-	11.724
Edificações e benfeitorias	86.731	-	-	(1.357)	4.158	89.532
Formação de cana	269.303	74.806	-	(42.256)	-	301.853
Instalações diversas	9.495	158	(4)	(635)	4.704	13.718
Máquinas e equipamentos	147.341	3.195	(2.970)	(4.985)	3.325	145.906
Máquinas e implementos agrícolas	42.017	4.671	(20)	(6.372)	(1)	40.295
Moveis e utensílios	2.718	311	(6)	(132)	56	2.947
Veiculos	5.018	388	-	(587)	-	4.819
Aeronaves	1.525	-	-	(72)	-	1.453
computadores e periféricos	2.232	345	(1)	(342)	63	2.297
Aparelhos e ferramentas	3.381	896	(18)	(347)	58	3.970
Equipamentos e aparelhos de telefonia	624	76	-	(93)	-	607
	582.109	84.846	(3.019)	(57.178)	12.363	619.121
Imobilização em andamento	38.404	97.016	-	-	(12.363)	123.057
Adiantamento p/ aquisição Imobilizado	79	39.383	-	-	-	39.462
	620.592	221.245	(3.019)	(57.178)	-	781.640

Usina Caeté S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
em 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais)



	Consolidado					Saldo em 30/09/2024
	Saldo em 31/03/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Em uso						
Terras	11.724	-	-	-	-	11.724
Edificações e benfeitorias	86.731	-	-	(1.357)	4.158	89.532
Formação de cana	269.303	74.806	-	(42.256)	-	301.853
Instalações diversas	9.495	158	(4)	(635)	4.704	13.718
Máquinas e equipamentos	147.341	3.195	(2.970)	(4.985)	3.325	145.906
Máquinas e implementos agrícolas	42.017	4.671	(20)	(6.372)	(1)	40.295
Moveis e utensílios	2.718	311	(6)	(132)	56	2.947
Veículos	5.018	388	-	(587)	-	4.819
Aeronaves	1.525	-	-	(72)	-	1.453
Computadores e periféricos	2.232	345	(1)	(342)	63	2.297
Aparelhos e ferramentas	3.381	896	(18)	(347)	58	3.970
Equipamentos e aparelhos de telefonia	624	76	-	(93)	-	607
	582.109	84.846	(3.019)	(57.178)	12.363	619.121
Imobilização em andamento	38.404	97.018	-	-	(12.363)	123.059
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	79	39.383	-	-	-	39.462
	620.592	221.247	(3.019)	(57.178)	-	781.642

Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia avalia a cada exercício se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações contábeis e são revisados anualmente.

Para o exercício findo em 31 de março de 2025, foi realizado teste de recuperabilidade do ativo imobilizado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado considerou-se a Usina Caeté S.A. como uma única unidade geradora de caixa.

A companhia realizou teste de valor recuperável do ativo imobilizado em 31 de março de 2025, por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 5 (cinco) anos.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar e etanol, produtividade industrial histórica e estimada, custos relacionados aos processos produtivo e outros dados macroeconômicos. As projeções de caixa foram preparadas considerando as seguintes premissas:

2025	
Taxa de crescimento médio da receita operacional líquida	7,82%
Taxa de desconto	4,97%

O teste de recuperabilidade do ativo imobilizado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para o exercício findo em 31 de março de 2025, visto que o valor recuperável excede o valor líquido na data da avaliação.

Em decorrência de determinados empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 190.672 (R\$ 194.457 em 31 de março de 2025) encontram-se gravados em garantia dos credores, conforme detalhado na Nota Explicativa 16.

14. Direito de uso, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

A seguir, algumas definições:

Arrendamento

A Companhia considera arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

Arrendatária

A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada anualmente, na variação do índice com metodologia do Consecana-SP para o Estado de São Paulo e Sindiacúcar-AL para o Estado de Alagoas.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

A movimentação do direito de uso foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Arrendamentos	Parcerias agrícolas	Veículos, máquinas e implementos	Total
Adoção em 31 de março de 2025	20.074	603.416	68.634	692.124
(+) Novos contratos	2.072	23.376	49.796	75.244
(-) Baixa de contratos	(619)	(12.138)	(423)	(13.180)
(+/-) Remensuração	40	1.230	-	1.270
(-) Amortização/Depreciação	(2.292)	(44.073)	(12.639)	(59.004)
Saldo em 30 de setembro de 2025	19.275	571.811	105.368	696.454

A movimentação do arrendamento a pagar e da parceria agrícola a pagar foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Arrendamentos	Parcerias agrícolas	Veículos, máquinas e implementos	Total
Saldo em 31 de março de 2025	20.073	603.416	68.635	692.124
(+) Novos contratos	2.072	23.376	49.796	75.244
(-) Baixa de contratos	(619)	(12.138)	(423)	(13.180)
(+/-) Remensuração	40	1.230	-	1.270
(+) Juros	1.864	54.339	5.349	61.552
(-) Pagamentos	(3.529)	(83.793)	(16.622)	(103.944)
Saldo em 30 de setembro de 2025	19.901	586.430	106.735	713.066
Circulante	4.911	93.818	44.990	143.719
Não Circulante	14.990	492.612	61.745	569.347

Os saldos de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	Vencimentos	Controladora
2026		78.597
2027		77.443
2028		65.607
2029		46.945
2030		34.654
2031		25.417
2033 a 2060		240.684
		569.347

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Fornecedores de cana de açúcar	26.147	26.245	26.148	26.245
Fornecedores diversos	56.847	64.802	60.245	66.360
	82.994	91.047	86.393	92.605

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota 29.

16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente mensurados pelo valor amortizado nos respectivos vencimentos, conforme demonstrados pelo valor contábil. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota 29.

Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota 29.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Passivo circulante				
Empréstimos bancários garantidos	378.955	300.021	385.449	305.988
Ajuste a valor presente	-	-	-	-
	378.955	300.021	385.449	305.988
Passivo não circulante				
Empréstimos bancários garantidos	1.115.621	1.080.637	1.341.128	1.307.989
Ajuste a valor presente	(454.723)	(486.677)	(454.723)	(486.677)
	660.898	593.960	886.405	821.312
	1.039.853	893.981	1.271.854	1.127.300

Os empréstimos estavam compostos da seguinte forma em 30 de setembro de 2025:

Tipo	Indexador	Taxa média anual de juros	Encargos financeiros			
			Controladora		30/09/2025	
			Valor Nominal	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Contábil
Finame	R\$	6,0% ou SELIC + 3,35% a.a. até SELIC + 7,71% a.a.	10.113	10.113	13.539	13.539
Capital de Giro – Exportação	US\$	V.C.	380	380	411	411
ACC	US\$	V.C + 7,60% a.a. até V.C + 9,45% a.a.	63.461	63.461	-	-
Pré Pagamento Exportação	US\$	V.C + 2,00% a.a.	473.244	18.521	506.561	19.884
Cédula de Crédito Bancário	R\$	CDI + Juros 2,55% a 5,00% a.a. / Juros de 6,83% a 17,2384% a.a. / SELIC + 2,89a.a. / IPCA + 11,5495% a.a.	257.867	257.868	234.877	234.877
Cédula Crédito Exportação	R\$	CDI + 2,42% a.a. a até CDI + 2,95% a.a.	270.194	270.194	315.513	315.513
Debêntures	R\$	IPCA + 8,2870% a.a. / 13,8973% a.a.	190.818	190.818	190.156	190.156
Nota de Crédito Exportação	R\$	CDI + 3,66% a.a. até CDI + 5,5337% a.a.	-	-	9.579	9.579
CRA	R\$	CDI + 2,95% a.a. até CDI + 4% a.a. / 17,76% a.a.	108.398	108.398	36.248	36.248
CPR	R\$	CDI + 2,10% a.a. até CDI + 5% a.a.	120.100	120.100	73.774	73.774
			1.494.575	1.039.853	1.380.658	893.981

Consolidado

Tipo	Indexador	Taxa média anual de juros	Encargos financeiros			
			30/09/2025		31/03/2025	
			Valor Nominal	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Contábil
Finame	R\$	6,0% ou SELIC + 3,35% a.a. até SELIC + 7,71% a.a.	10.113	10.113	13.539	13.539
Capital de Giro – Exportação	US\$	V.C.	380	380	411	411
ACC	US\$	V.C + 7,60% a.a. até V.C + 9,45% a.a.	63.461	63.461	-	-
Pré-Pagamento Exportação	US\$	V.C + 2,00% a.a. / SOFR + 4,5% a.a.	473.244	18.521	506.561	19.885
Cédula de Crédito Bancário	R\$	CDI + Juros 2,55% a 5,00% a.a. / Juros de 6,83% a 17,2384% a.a. / SELIC + 2,89a.a. / IPCA + 11,5495% a.a.	489.869	489.869	468.194	468.195
Cédula Crédito Exportação	R\$	CDI + 2,42% a.a. a até CDI + 2,95% a.a.	270.194	270.194	315.513	315.513
Debêntures	R\$	IPCA + 8,2870% a.a. / 13,8973% a.a.	190.818	190.818	190.156	190.156
Nota de Crédito Exportação	R\$	CDI + 3,66% a.a. até CDI + 5,5337% a.a.	-	-	9.579	9.579
CRA	R\$	CDI + 2,95% a.a. até CDI + 4% a.a. / 17,76% a.a.	108.398	108.398	36.248	36.248
CPR	R\$	CDI + 2,10% a.a. até CDI + 5% a.a.	120.100	120.100	73.774	73.774
			1.726.577	1.271.854	1.613.975	1.127.300

A movimentação dos saldos de financiamentos e empréstimos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Saldo inicial	893.981	537.645	1.127.300	770.841
Captações	318.878	634.626	318.878	635.620
Juros incorridos	76.368	119.763	86.233	139.490
Variação cambial	(40.232)	69.768	(40.232)	69.768
Pagamento de Principal	(158.275)	(343.853)	(160.037)	(352.518)
Pagamento de juros	(82.821)	(53.282)	(92.242)	(65.215)
Ajuste a valor presente	31.954	(70.686)	31.954	(70.686)
Saldo final	1.039.853	893.981	1.271.854	1.127.300

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
1-2 anos	215.177	169.336	220.457	175.325
2-5 anos	354.708	261.435	377.004	281.971
mais de 5 anos	91.013	163.189	288.944	364.016
	660.898	593.960	886.405	821.312

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 1.127.963 (R\$ 1.071.263 em 31 de março de 2025). As demais garantias referem-se a contratos comerciais, aplicações vinculadas, contratos de energia, hipotecas e fianças que totalizam o valor de R\$ 569.192 (R\$ 394.825 em 31 de março de 2025).

Debêntures

Em 31 de maio de 2024, a companhia realizou junto ao credor o resgate antecipado integral das 100 debêntures de 1ª série com o valor unitário atualizado de R\$ 914.596.

Em 12 de junho de 2024, a companhia, em processo de gerenciamento de dívidas bancárias, optou em realizar uma captação por meio de Debêntures incentivadas no mercado de capitais. A operação terá um prazo de 07 anos, com 04 anos de carência no valor principal da dívida.

A Escritura de Emissão de Debêntures foi firmada com base nas deliberações da assembléia geral extraordinária da Emissora realizada em 05 de junho de 2024 ("Ato Societário da Emissora"), na qual foram deliberadas: (a) a realização da Emissão e da Oferta, bem como seus respectivos termos e condições; (b) a constituição das Garantias Reais em favor dos Debenturistas e seus termos e condições, e a respectiva celebração dos Contratos de Garantia; (c) a autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar eventuais aditamentos a esta Escritura de Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e (d) a ratificação de todos os demais atos já praticados pela Diretoria da Emissora com relação aos itens acima.

Foram emitidas 180.000 (cento e oitenta mil) Debêntures, sendo (a) 90.000 (noventa mil) Debêntures da 1ª (primeira) série da Emissão ("Debêntures da Primeira Série") e (b) 90.000 (noventa mil) Debêntures da 2ª (segunda) série da Emissão ("Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, "Debêntures").

O valor total da Emissão é de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão, sendo (a) R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) referente às Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) e (b) R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) referente às Debêntures da Segunda Série.

As debêntures e empréstimos estão sujeitos a certas condições restritivas, relacionadas à manutenção de determinados covenants não financeiros estabelecidos na Escritura de Emissão e respectivos contratos. Dentre os covenants não financeiros estabelecidos podemos destacar alguns dos principais:

- Não transformar a Emissora, de forma que deixe de ser Sociedade Anônima, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- Não alterar o controle direto ou indireto da emissora e das garantidoras sem prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembléia geral convocada especificamente para este fim;
- Não transferir ou ceder de qualquer forma as obrigações assumidas nesta Escritura;
- Não constituir ônus sobre os ativos da emissora e da fiadora correspondente a um valor individual agregado igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total dos ativos, com base nas demonstrações contábeis consolidadas auditadas.
- Dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3(três) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, apresentar demonstrações contábeis auditadas por uma Empresa Elegível; e
- Não vender ou realizar transferência de ativos à terceiros, pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou de suas respectivas controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com exceção de vendas ou transferências relacionadas à substituição de ativos operacionais em razão de desgaste, depreciação e/ou obsolescência, desde que no curso normal dos negócios, em linha com suas práticas usuais.

Cláusulas restritivas financeiras de dívida (covenants financeiros)

A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos e empréstimos bancários, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos nesses contratos (covenants financeiros). Destaca-se que o covenant relacionado a Dívida Líquida por Tonelada de Cana Moída ultrapassou o limite de R\$ 100,00, ficando em R\$ 150,06 por tonelada, o qual a companhia teve a concessão de waiver junto ao credor para o referido descumprimento, não sendo necessária a reclassificação da dívida para o curto prazo. Os demais covenants foram atendidos em 31 de março de 2025.

17. Salários e férias a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Salários ordenados e comissões	14.923	10.418	15.142	10.594
Indenizações trabalhistas	495	135	495	137
Rescisões a pagar	110	192	110	192
Férias	23.838	22.681	24.289	23.131
Decimo terceiro salário	11.825	3.831	12.022	3.897
Encargos sociais	4.698	3.486	4.861	3.618
	55.889	40.743	56.919	41.569

18. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Adiantamento mercado externo	3.936	70.835	3.936	70.835
Adiantamento mercado interno	102.554	50.682	116.566	65.623
	106.490	121.517	120.502	136.458
Circulante	106.490	109.850	120.502	124.791
Não Circulante	-	11.667	-	11.667

Os adiantamentos no mercado externo, previstos para liquidação no próximo período, são compostos por valores antecipados por clientes, em moeda estrangeira, para a aquisição de açúcar e etanol destinados à exportação. Esses valores são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data da transação.

Usualmente, os clientes pagam 80% do volume contratado antes dos embarques e os 20% restantes contra o embarque da mercadoria.

19. Tributos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Previdência social a recolher	5.933	6.565	6.009	6.642
FGTS a recolher	1.532	1.246	1.557	1.270
IRRF a recolher	691	702	733	732
INSS fornecedores de cana	321	16	321	16
ICMS Operações Normais	1.178	1.493	1.178	1.493
Pis/Cofins a Recolher	-	-	5	6
Outros	1.140	1.300	1.179	1.307
	10.795	11.322	10.982	11.466

20. Parcelamentos de tributos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Parcelamento Simplificado RFB	-	-	24	30
Parcelamento Simplificado INSS - RFB Nº 63758272-1	-	-	5	34
Parcelamento Extraordinário INSS - PGFN Nº 201952110932	-	-	-	38
Parcelamento Demais Débitos - PGFN Nº 202632110834	-	-	10	66
Parcelamento Especial REFIS - Lei 11.941/09 (i)	782	876	782	876
Parcelamento Simplificado ITR - RFB Nº 4048362-2	-	-	46	50
Parcelamento RICMS AI - Nº 18266952	-	-	61	117
Parcelamento P.E.R.T. - Lei 13.496/2017 (ii)	6.484	6.854	6.484	6.854
Parcelamento ICMS - Proc. 00815891-7 (iii)	-	636	-	636
Parcelamento ICMS - Proc. 00819623-2 (iii)	224	855	224	855
Parcelamento ICMS - Proc. 00839477-3 (iii)	2.688	3.589	2.688	3.589
Parcelamento ICMS - Proc. 00860540-9 (iii)	-	1.126	-	1.126
Parcelamento Simplificado INSS - Nº 644186283	47	111	47	111
Parcelamento de Transação - PTE Nº 70098250-5 (iv)	465	965	465	965
Parcelamento de Transação - PTE Nº 70104158-5 (iv)	3.285	3.529	3.285	3.529
Parcelamento ICMS Nº 18349704	-	-	125	169
Parcelamento Fecoep Nº 18349703	-	-	19	52
Parcelamento ICMS - Proc. 00913677-3 (iii)	2.367	3.112	2.367	3.112
Parcelamento ICMS - Proc. 00919630-2 (iii)	3.051	6.232	3.049	6.232
	19.393	27.885	19.681	28.441
Circulante	10.462	16.275	10.660	16.707
Não Circulante	8.931	11.610	9.021	11.734

- (i) Em novembro de 2009, a Administração da Companhia aderiu ao Programa de Redução e Parcelamento de Tributos, conforme disposto na Lei nº 11.941/09. Em fevereiro de 2010, a Companhia formalizou a desistência de todos os processos administrativos e judiciais relacionados aos débitos incluídos no programa. No decorrer de 2011, foram cumpridas, de forma tempestiva, todas as exigências de prestação de informações e declarações necessárias para a consolidação dos valores devidos. Conforme estabelecido na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de fevereiro de 2011, foi seguido o cronograma para apresentação das informações exigidas, e, em junho de 2011, concluiu-se a consolidação do parcelamento requerido, com pagamento previsto em até 180 parcelas mensais. A Companhia vem cumprindo regularmente as obrigações decorrentes deste parcelamento.
- (ii) Em abril e agosto de 2017, a Companhia aderiu aos novos programas de parcelamento e redução de tributos instituídos pela Medida Provisória nº 766/2017 e posteriormente pela Lei nº 13.496/2017 (conhecidos como “novos Refis”). Esses programas abrangem tanto a consolidação de parcelamentos anteriormente existentes quanto a inclusão de novos débitos tributários, mediante a desistência de processos judiciais e administrativos. No exercício de 2017, foram contabilizados os valores correspondentes, com os devidos registros e reclassificações nos demonstrativos financeiros.
- (iii) Parcelamento ordinário junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP), referente a saldos de ICMS oriundos de operações regulares de venda
- (iv) Parcelamento firmado com a SEFAZ/SP referente a débitos de ICMS inscritos em Dívida Ativa do Estado de São Paulo.

A movimentação dos parcelamentos de tributos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Saldo Inicial	27.885	34.729	28.440	35.442
Novas adesões	-	9.996	-	10.264
Juros e multas incorridos	1.299	(1.342)	1.318	(1.296)
Amortizações	(9.791)	(15.498)	(10.077)	(15.969)
Saldo final	19.393	27.885	19.681	28.441

21. Provisão para processos judiciais

A Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia as probabilidades de materialização de passivos decorrentes de processos judiciais de naturezas trabalhista, previdenciária, ambiental, tributária, cível e outras.

A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída com base na probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática da Companhia o provisionamento integral das obrigações consideradas prováveis, até que a obrigação seja liquidada ou revertida em decorrência de nova avaliação dos consultores jurídicos.

A seguir, apresentam-se os detalhes dos riscos relacionados aos processos judiciais provisionados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Créditos de IPI (Crédito Prêmio Exportação, não tributável e alíquota zero)	21.579	21.175	21.579	21.175
Contingências Trabalhistas e fiscais	4.402	4.469	4.402	4.469
Saldo líquido	25.981	25.644	25.981	25.644

Em 30 de setembro de 2025, a Usina Caeté S.A possui depósitos judiciais, no montante de R\$ 3.687 (R\$ 3.638 em 31 de março de 2025) realizados em garantia aos passivos contingentes em aberto.

Movimentação da provisão para processos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Saldo em 31 de março de 2025	25.644	24.341	25.644	24.341
Constituição/Reversão	337	1.303	337	1.303
Saldo em 31 de setembro de 2025	25.981	25.644	25.981	25.644

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de determinados tributos. Os montantes envolvidos nesses processos foram devidamente provisionados e, em parte, depositados judicialmente. Com base nas opiniões de seus assessores jurídicos, a Companhia não espera perdas adicionais ao encerramento desses processos além dos valores já provisionados.

Processos judiciais passivos com probabilidade possível

A Companhia também possui outros processos judiciais relacionados a questões trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja probabilidade de perda, conforme avaliação de seus consultores jurídicos, é considerada possível, porém não provável. O valor total envolvido é de R\$ 8.010 (R\$ 7.423 em 31 de março de 2025).

A administração da Companhia, com base nas opiniões de seus consultores jurídicos, entende que não há necessidade de constituição de provisão para eventual perda nesses casos.

22. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 550.000, dividido em 9.756 (R\$ 550.000 em 31 de março de 2025) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a Lagense S.A Administração e Participações.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Reserva de reavaliação (Custo atribuído)

Constituída em decorrência da reavaliação parcial de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada em 31/12/2005. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos e estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

Edificações e construções	Valor de aquisição	Depreciação Acumulada	% de Depreciação	Valor residual	% Residual	Tempo a Depreciar
Usina Caeté - Unid. Caeté	20.289	11.153	2%	9.137	45,03%	23 anos
Usina Caeté - Unid. Marituba	9.215	5.065	2%	4.150	45,04%	23 anos
Usina Caeté - Unid. Cachoeira	680	373	2%	307	45,15%	23 anos
Total	30.184	16.591	2%	13.594		

Outros resultados abrangentes

Corresponde à variação reflexa na participação de investimentos em coligadas e controladas, além de ganhos e perdas na participação relativa.

c. Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e só pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual, junto ao Estado de Alagoas na forma de crédito presumido do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, com redução parcial deste. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros Acumulados.

Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do resultado líquido do período, ajustado na forma da Lei.

23. Receita operacional líquida

	Controladora					Consolidado		
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
	6 meses	6 meses	3 meses	3 meses	6 meses	6 meses	3 meses	3 meses
Receita mercado interno	469.438	542.155	189.987	242.832	473.100	545.504	190.782	242.877
Açúcar	216.031	160.769	85.347	60.426	216.031	160.769	85.347	60.426
Etanol	141.895	321.161	74.771	151.955	141.857	321.110	72.551	151.902
Vendas de produtos agrícolas	2.702	5.180	1.733	3.683	2.732	5.180	1.763	3.683
Vendas de energia elétrica	67.415	7.701	12.643	5.068	69.726	8.782	13.887	4.583
Vendas de serviços	1.455	923	721	624	1.885	2.017	988	918
Bagaço de cana	2.066	643	1.111	478	1.889	321	1.111	157
Receita – CBIOs	3.423	7.940	197	3.310	3.423	7.940	196	3.311
Outras receitas de vendas	20.304	22.325	10.789	12.022	21.241	25.070	12.095	12.364
Receita de incentivos fiscais (i)	14.147	15.513	2.675	5.266	14.316	14.315	2.844	5.533
Receita mercado externo	312.544	95.311	126.294	8.253	312.544	96.777	126.294	8.253
Açúcar	295.311	89.891	121.167	7.786	295.311	89.891	121.167	7.786
Etanol	10.371	-	4.571	-	10.371	-	4.571	-
Materiais	1	25	1	-	1	25	1	-
Receita de incentivos fiscais (i)	6.861	5.395	555	467	6.861	6.861	555	467
Receita bruta fiscal	781.982	637.466	316.281	251.085	785.644	642.281	317.076	251.130
(-) Deduções dos impostos e contribuições	(65.403)	(80.597)	(28.160)	(37.321)	(66.540)	(82.152)	(28.768)	(38.389)
Vendas canceladas	(2.030)	(3.570)	(1.458)	(330)	(2.044)	(3.814)	(1.472)	(554)
Impostos s/circulação de mercadorias e serviços	(32.166)	(42.601)	(13.727)	(20.710)	(32.697)	(43.248)	(14.117)	(21.282)
Pis s/faturamento	(2.921)	(3.138)	(1.206)	(1.568)	(3.016)	(3.248)	(1.236)	(1.610)
Cofins s/faturamento	(13.441)	(14.434)	(5.546)	(7.211)	(13.881)	(14.940)	(5.686)	(7.405)
INSS s/faturamento	(13.527)	(15.016)	(5.602)	(6.923)	(13.547)	(15.024)	(5.612)	(6.925)
ICMS substituição tributária	(1.380)	(1.557)	(634)	(461)	(1.380)	(1.557)	(634)	(461)
Outros	62	(281)	13	(118)	25	(321)	(11)	(152)
Total da receita líquida	716.579	556.869	288.121	213.764	719.104	560.129	288.308	212.741

24. Custos dos produtos vendidos

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
	6 meses	6 meses	3 meses	3 meses	6 meses	6 meses	3 meses	3 meses
Depreciação de máquinas, equipamentos e instalações	(21.905)	(14.529)	(10.959)	(7.350)	(21.968)	(15.726)	(10.994)	(7.957)
Depreciação da Lavoura	(50.848)	(42.256)	(19.886)	(24.666)	(50.848)	(42.256)	(19.886)	(24.666)
Amortização do ativo biológico	(71.751)	(87.528)	(24.447)	(56.406)	(71.751)	(87.528)	(24.447)	(56.406)
Matéria prima	(176.450)	(158.248)	(77.492)	(63.033)	(176.450)	(158.248)	(77.492)	(63.033)
Serviços e locações Despesa com pessoal	(107.614)	(56.903)	(58.632)	(11.280)	(108.453)	(60.858)	(57.800)	(14.252)
Combustíveis, lubrificantes e peças	(67.339)	(38.720)	(32.515)	(7.973)	(68.427)	(42.989)	(32.836)	(9.987)
Insumos utilizados na produção	(21.303)	(36.090)	-	(5.643)	(22.097)	(33.209)	(225)	(2.421)
Outros custos	(22.384)	(17.809)	(6.543)	(3.052)	(26.818)	(22.944)	(8.912)	(5.095)
	(587.284)	(482.002)	(254.474)	(185.769)	(595.071)	(496.087)	(256.520)	(191.488)

25. Despesas com vendas

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
	6 meses	6 meses	3 meses	3 meses	6 meses	6 meses	3 meses	3 meses
Despesas com pessoal	(613)	(492)	(289)	(274)	(614)	(492)	(289)	(274)
Depreciação	(2)	(2)	(1)	(1)	(2)	(2)	(1)	(1)
Comissão sobre vendas	(2.140)	(2.636)	(941)	(749)	(2.141)	(2.732)	(942)	(764)
Despesas com exportação	(3.036)	(12.777)	(1.058)	(10.707)	(3.036)	(12.777)	(1.058)	(10.707)
Fretes, transportes e armazenagem Aluguéis	(29.498)	(8.838)	(16.269)	(3.381)	(29.498)	(8.838)	(16.269)	(3.381)
diversos	(231)	(30)	(55)	(13)	(233)	(30)	(57)	(13)
Provisão para devedores duvidosos	8	-	1	-	(197)	-	1	-
Outras despesas	(4.894)	(2.054)	(3.780)	(872)	(4.961)	(2.087)	(3.817)	(905)
	(40.406)	(26.829)	(22.392)	(15.997)	(40.682)	(26.958)	(22.432)	(16.045)

26. Despesas administrativas e gerais

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2025 6 meses	30/09/2024 6 meses	30/09/2025 3 meses	30/09/2024 3 meses	30/09/2025 6 meses	30/09/2024 6 meses	30/09/2025 3 meses	30/09/2024 3 meses
Despesas com pessoal	(26.652)	(23.444)	(13.788)	(12.399)	(26.873)	(23.738)	(13.920)	(12.549)
Depreciação	(673)	(507)	(337)	(257)	(896)	(507)	(557)	(257)
Material de manutenção e consumo								
Serviços prestados por pessoa jurídica	(2.707)	(1.971)	(1.490)	(1.062)	(2.708)	(1.972)	(1.491)	(1.062)
Outas despesas	(15.633)	(19.575)	(7.371)	(12.673)	(15.633)	(19.593)	(7.371)	(12.674)
	(4.525)	(3.588)	(1.713)	(1.939)	(4.606)	(3.616)	(1.791)	(1.959)
	<u>(50.190)</u>	<u>(49.085)</u>	<u>(24.699)</u>	<u>(28.330)</u>	<u>(50.716)</u>	<u>(49.426)</u>	<u>(25.130)</u>	<u>(28.501)</u>

27. Outras receitas operacionais líquidas

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2025 6 meses	30/09/2024 6 meses	30/09/2025 3 meses	30/09/2024 3 meses	30/09/2025 6 meses	30/09/2024 6 meses	30/09/2025 3 meses	30/09/2024 3 meses
Outras receitas operacionais:								
Crédito de PIS Lei 10.637/02 e COFINS Lei 10.833/03	57	40	28	21	57	40	28	21
Lucro na venda do ativo imobilizado	4.756	10.464	4.741	1.498	4.756	10.631	4.741	1.665
Recuperação de receitas diversas	1.500	2.149	1.250	375	7.549	2.457	3.835	442
Aluguéis e arrendamentos	-	953	-	-	-	953	-	-
Outras receitas operacionais	3.897	909	3.052	710	4.003	1.283	3.155	1.072
	10.210	14.515	9.071	2.604	16.365	15.364	11.759	3.200
Outras despesas operacionais:								
Contribuição de associação de classe	(367)	(402)	(235)	(276)	(367)	(402)	(235)	(276)
Multas e taxas	(708)	(659)	(382)	(344)	(870)	813	(472)	417
ICMS diferença de alíquota	(387)	(145)	(142)	(120)	(895)	(802)	(354)	(530)
Imposto sobre operações financeiras	(1.547)	(104)	(474)	(51)	(1.605)	(138)	(480)	(82)
Indenizações diversas	(484)	(39)	(474)	(8)	(484)	(39)	(474)	(8)
Perda no Recebimento de Crédito	(7)	-	-	-	(110)	-	(104)	-
Outras despesas operacionais	(632)	(1.386)	(347)	(569)	(819)	(3.487)	(368)	(1.810)
	(4.132)	(2.735)	(2.054)	(1.368)	(5.150)	(4.055)	(2.487)	(2.289)
Líquidas	6.078	11.780	7.017	1.236	11.215	11.309	9.272	911

28. Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
	6 meses	6 meses	3 meses	3 meses	6 meses	6 meses	3 meses	3 meses
Receitas financeiras:								
Juros sobre aplicações financeiras								
Ganho de Ajuste a Valor Presente - CPC 06 R 02	3.751	8.161	1.973	4.204	6.082	8.201	3.268	4.234
Ajuste a valor justo s/ empréstimos e financiamentos	241	-	241	-	241	-	241	-
Outras receitas financeiras	461.296	41.738	457.307	(7.188)	461.296	41.738	457.307	(7.188)
	14.122	2.471	5.722	1.250	14.556	2.479	6.151	1.253
	479.410	52.370	465.243	(1.734)	482.175	52.418	466.967	(1.701)
Despesas financeiras:								
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(79.083)	(53.020)	(42.339)	(29.666)	(89.950)	(63.051)	(46.471)	(34.398)
Juros mora fornecedores	(280)	(162)	(3)	(60)	(280)	(162)	(3)	(60)
Juros sobre impostos e contribuições	(2.519)	613	(1.592)	(647)	(2.538)	589	(1.600)	(658)
Perda de Ajuste a Valor Presente - CPC 06 R 02	(16.851)	-	(16.851)	-	(16.851)	-	(16.851)	-
Ajuste a valor justo s/ empréstimos e financiamentos	(486.695)	(1.497)	(464.545)	(1.497)	(486.695)	(1.497)	(464.545)	(1.497)
Outras despesas financeiras	(9.868)	(23.510)	(3.659)	(1.370)	(9.961)	(23.510)	(3.723)	(1.371)
	(595.296)	(77.576)	(528.989)	(33.240)	(606.275)	(87.631)	(533.193)	(37.984)
Variações cambiais líquidas:								
Variações cambiais ativas	64.148	20.819	27.820	19.229	64.148	20.819	27.822	19.229
Variações cambiais passivas	(20.888)	(60.902)	(15.481)	(9.318)	(20.888)	(60.902)	(15.480)	(9.318)
	43.260	(40.083)	12.339	9.911	43.260	(40.083)	12.342	9.911
Resultado financeiro	(72.626)	(65.289)	(51.407)	(25.063)	(80.840)	(75.296)	(53.884)	(29.774)

29. Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A diretoria da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de especificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros.

29.1 Riscos de Mercado

(a) Risco cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções e hedge natural (tais como dívidas ou compras em moeda estrangeira). A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações contábeis intermediárias atuais:

<u>Consolidado</u>	<u>30/09/2025</u>	<u>Milhares de US\$ equivalentes</u>
Ativo circulante e não circulante:		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	20.681	3.888
Contas a receber de clientes	42	8
Instrumentos financeiros derivativos	6.733	1.266
(+) Total dos ativos	27.456	5.162
Passivo circulante e não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	82.362	15.486
Instrumentos financeiros e derivativos	18	3
(-) Total dos Passivos	82.380	15.489
Exposição líquida	(54.924)	(10.327)

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de hedge da Companhia.

Os referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2025 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,3186 por US\$ 1,00 para os ativos e para os passivos. Os instrumentos financeiros e derivativos negociados em corretora estão convertidos sob a taxa do dólar comercial referencial (Bloomberg) de R\$ 5,53218 por US\$ 1,00.

(b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol.

(c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, nos empréstimos e financiamentos, os riscos de flutuação de taxa de juros e moeda são mitigados através das exportações.

(d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta.

	Fator de Risco	Impactos no resultado	
		Cenários possíveis 25%	Cenários prováveis 50%
(+) Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	15.511	10.341
(+) Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	32	21
(-) Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	102.953	123.543
Instrumentos financeiros derivativos			
(+) Contratos a termo de moeda	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	5.050	3.366
(-) Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	22	27
Exposição líquida		(82.382)	(109.842)

A análise de sensibilidade da variação cambial foi efetuada considerando a variação percentual de 25% e 50% na respectiva curva de mercado do risco associado, descrito na tabela acima (câmbio e preço de commodities).

(e) Instrumentos financeiros

A Companhia optou pela utilização da contabilidade de hedge (hedge accounting) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos eleitos para designação são: a) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira (dólar americano); b) dívidas em moeda estrangeira (dólar americano), que efetuam coberturas de vendas das safras 2025/26, 2026/27 e 2027/28, e foram classificados como hedge de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para a utilização do hedge accounting, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para hedge proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Em relação aos hedges de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar.

Para os hedges de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes hedges são contratados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), estratégias de Opções e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha, e dentro dos critérios de Gestão de risco mencionados no item.

Nas demonstrações contábeis intermediárias atuais, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

Consolidado	Setembro de 2025
	Valor Atual (R\$)
No ativo circulante e não circulante - Ganho	
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão	6.733
(+) Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante e não circulante	6.733
No passivo circulante e não circulante - Perda	
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão	18
(-) Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante e não circulante	18
Total de instrumentos financeiros derivativos	6.715

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A composição dos instrumentos financeiros designados para hedge accounting na data das demonstrações contábeis atuais, é como segue:

Controladora e Consolidado	Ativo	Passivo	Total em Valor Justo por meio do Resultado
Instrumentos Financeiros:			
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	6.733	18	6.715
Variação cambial de contratos e financiamentos (Trade Finance)	58.280	18.048	40.232
	65.013	18.066	46.947

29.2 Riscos de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes, em aplicações financeiras e instrumentos derivativos realizados junto às instituições financeiras.

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia.

Com relação ao risco de crédito da Companhia em relação a clientes, a gestão do risco no âmbito dos negócios de açúcar, etanol e energia é centrada no relacionamento formalizado com clientes-chave de grande porte. Para os demais negócios, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito, e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa (a)	3	49.908	50.136	88.734	85.672
Aplicações financeiras (b)	4	19.274	10.116	19.345	10.183
Contas a receber de clientes e outros créditos (c)		106.694	85.322	109.806	91.453
Mútuos com parte relacionadas	10	24.933	2.243	933	1.230
		200.809	147.817	218.818	188.538

a. Depósitos bancários

Esses montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

b. Aplicações financeiras

Os montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

c. Contas a receber de clientes e outros créditos

A administração busca mitigar o risco de inadimplência de sua carteira por meio de monitoramento e avaliação periódica individual de seus clientes.

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia pode incluir ratings externos, quando disponíveis, e referências bancárias.

Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para aquele cliente. Esses limites são revistos sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuírem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre o contas a receber de clientes foi constituída em montante considerado suficiente pela administração em face de eventuais perdas.

29.3 Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de se encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes:

Controladora							
30/09/2025							
	Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar		106.633	106.633	106.633	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16	1.039.853	1.039.853	378.955	215.177	354.708	91.013
Mútuos com partes relacionadas	10	-	-	-	-	-	-
Total		1.146.486	1.146.486	485.588	215.177	354.708	91.013
31/03/2025							
	Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar		94.424	94.424	94.424	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16	893.981	893.981	300.021	169.336	261.435	163.189
Mútuos com partes relacionadas	10	6.253	6.253	-	6.253	-	-
Total		994.658	994.658	394.445	175.589	261.435	163.189
Consolidado							
	Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
30/09/2025							
	Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar		110.045	110.045	110.045	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16	1.271.854	1.271.854	385.449	220.457	377.004	288.944
Mútuos com partes relacionadas	10	1.100	1.100	-	1.100	-	-
Total		1.382.999	1.382.999	495.494	221.557	377.004	288.944
31/03/2025							
	Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Fornecedores e outras contas a pagar		95.992	95.992	95.992	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16	1.127.300	1.127.300	305.988	175.325	281.971	364.016
Mútuos com partes relacionadas	10	600	600	-	600	-	-
Total		1.223.892	1.223.892	401.980	175.925	281.971	364.016

29.4 Riscos de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros internas e externas, incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e utiliza-se, quando necessário, de alguns instrumentos derivativos para mitigar estas oscilações. A exposição a esse risco está substancialmente relacionada a financiamentos e aplicações financeiras.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era, sem qualquer interferência de instrumentos de proteção, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	17.963	8.881	17.963	8.881
Passivo financeiros				
Financiamentos e empréstimos	1.039.852	893.981	1.271.855	1.127.299
Ativos (Passivos)	(1.021.889)	(885.100)	(1.253.892)	(1.118.418)

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

A Companhia possui R\$ 17.963 de aplicações financeiras indexadas ao CDI e R\$ 736.967 de debêntures e financiamentos e empréstimos indexados à taxa pós-fixada, substancialmente CDI e IPCA. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais destas, sendo o cenário provável taxa média de juros efetivos do período. Os demais cenários consideram uma variação de 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das receitas e despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – Apreciação das Taxas - 2025

Instrumentos	Exposição 30/09/2025	Risco	Controladora					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	17.963	CDI	14,90	2.676	18,63	3.346	22,35	4.015
Passivos Financeiros								
Financiamentos	(629.476)	CDI	14,90	(93.792)	18,63	(117.240)	22,35	(140.688)
Financiamentos (IPCA)	(10.227)	IPCA	5,16	(527)	6,44	(659)	7,73	(791)
Debêntures	(97.264)	IPCA	5,16	(5.015)	6,44	(6.268)	7,73	(7.522)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(96.658)		(120.821)		(144.986)
Impacto no resultado e no patrimônio						(24.164)		(48.328)
Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)								

Instrumentos	Exposição 30/09/2025	Risco	Consolidado					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	17.963	CDI	14,90	2.676	18,63	3.346	22,35	4.015
Passivos Financeiros								
Financiamentos (CDI)	(629.476)	CDI	14,90	(93.792)	18,63	(117.240)	22,35	(140.688)
Financiamentos (IPCA)	(240.870)	IPCA	5,16	(12.418)	6,44	(15.523)	7,73	(18.627)
Debêntures	(97.264)	IPCA	5,16	(5.015)	6,44	(6.268)	7,73	(7.522)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(108.549)		(135.685)		(162.822)
Impacto no resultado e no patrimônio						(27.137)		(54.274)
Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)								

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 30/09/2025	Risco	Controladora					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras	17.963	CDI	14,90	2.676	11,18	2.007	7,45	1.338
Passivos Financeiros								
Financiamentos	(629.476)	CDI	14,90	(93.792)	11,18	(70.344)	7,45	(46.896)
Financiamentos (IPCA)	(10.227)	IPCA	5,16	(527)	3,87	(395)	2,58	(264)
Debêntures	(97.264)	IPCA	5,16	(5.015)	3,87	(3.761)	2,58	(2.508)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(96.658)		(72.493)		(48.330)
Impacto no resultado e no patrimônio						24.164		48.328
Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)								

Instrumentos	Consolidado							
	Exposição		Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
	30/09/2025	Risco	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras	17.963	CDI	14,90	2.676	11,18	2.007	7,45	1.338
Passivos Financeiros								
Financiamentos (CDI)	(629.476)	CDI	14,90	(93.792)	11,18	(70.344)	7,45	(46.896)
Financiamentos (IPCA)	(240.870)	IPCA	5,16	(12.418)	3,87	(9.314)	2,58	(6.209)
Debêntures	(97.264)	IPCA	5,16	(5.015)	3,87	(3.761)	2,58	(2.507)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(108.549)		(81.412)		(54.274)
Impacto no resultado e no patrimônio						27.137		54.274

Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)

29.5 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das Sociedades por Ações permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

30. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

30.1 Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	30/03/2025	30/09/2025	31/03/2025
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	49.908	50.136	88.734	85.672
Aplicações financeiras	Custo amortizado	19.274	10.116	19.345	10.183
Contas a receber de clientes e outros créditos	Custo amortizado	106.694	85.322	109.806	91.453
Mútuos com partes relacionadas	Custo amortizado	24.933	2.243	933	1.230
Total		200.809	147.817	218.818	188.538
Passivos					
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	106.633	94.424	110.045	95.992
Financiamentos e empréstimos	Custo amortizado	1.039.853	893.982	1.271.854	1.127.300
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	Custo amortizado	713.066	692.123	713.066	692.124
Mútuos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	6.253	1.100	600
Total		1.859.552	1.686.782	2.096.065	1.916.016

31. Valor Justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para especificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Nas demonstrações contábeis intermediárias atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Controladora						
Ativos	30/09/2025			30/09/2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Ativos Biológicos	-	-	182.538	-	-
Total		-	-	182.538	-	213.861

Consolidado						
Ativos	30/09/2025			30/09/2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Ativos Biológicos	-	-	182.538	-	-
Total		-	-	182.538	-	213.861

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (impairment) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

32. Cobertura de seguros

A Companhia mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades, visando, entre outros objetivos, reduzir os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas suficientes (informações não auditadas) para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes na data das demonstrações contábeis atuais são:

Item	Controladora e Consolidado	Cobertura Máxima
Lucros Cessantes e Riscos Operacionais	Riscos Cobertos L.C.: Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações, máquinas e equipamentos industriais e geração de energia. R.O.: Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos agrícolas e industriais.	R\$ 428.189.908,45
Responsabilidade Civil	Proteção por erro ou reclamações no período da atividade profissional que afete terceiros.	R\$ 322.443.197,39
Responsabilidade Ambiental	Proteção para acidentes ambientais que possam levantar reclamações junto à legislação ambiental.	R\$ -

33. Compromissos de compra

A Companhia possui diversos contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar com terceiros, no montante aproximado de 78.171(*) hectares em 2025 (74.362(*) hectares em 2024), para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. O percentual de parceria agrícola sobre a produção é calculado com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. Outros fatores como a proximidade da unidade industrial, a possibilidade de mecanização ou qualquer fator que minimize os custos da Companhia podem influenciar o percentual de parceria agrícola. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pela Consecana-SP para o Estado de São Paulo e Sindiacúcar-AL para o Estado de Alagoas, pelo mix de produção da Companhia.

(*) Não auditado.

34. Compromissos de vendas

A Companhia possui contratos no mercado com terceiros, por meio dos quais se compromete a vender seus produtos até a safra 2024/2025.

Em setembro de 2025, os compromissos assumidos correspondiam às seguintes proporções da produção prevista:

- a. Açúcar: 64% da produção total prevista;
- b. Etanol: 81% da produção total prevista; e
- c. Energia elétrica: 100% da produção total prevista, aproximadamente 82.344 MWh por ano/safra.

35. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes passíveis de apresentação.